

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NATASJA LANDIM FERREIRA ALVES

**BRASIL E ARGENTINA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS POLÍTICAS
EXTERNAS NOS GOVERNOS DE VARGAS E PERÓN EM RELAÇÃO AOS EUA
(1951 - 1955)**

UBERLÂNDIA
2018

NATASJA LANDIM FERREIRA ALVES

**BRASIL E ARGENTINA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS POLÍTICAS
EXTERNAS NOS GOVERNOS DE VARGAS E PERÓN EM RELAÇÃO AOS EUA
(1951 - 1955)**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof^a Dr. Sandra Aparecida Cardozo.

UBERLÂNDIA
2018

NATASJA LANDIM FERREIRA ALVES

**BRASIL E ARGENTINA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS POLÍTICAS
EXTERNAS NOS GOVERNOS DE VARGAS E PERÓN EM RELAÇÃO AOS EUA
(1951 - 1955)**

Monografia apresentada à banca examinadora do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para a obtenção parcial do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Uberlândia, 11 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr. Sandra Aparecida Cardozo - Orientadora
IERI - UFU

Prof^a Dr. Débora Figueiredo Mendonça do Prado
IERI - UFU

Prof. Dr. Haroldo Ramanzini Júnior
IERI - UFU

UBERLÂNDIA
2018

AGRADECIMENTOS

Muitos compartilharam comigo essa caminhada e a fizeram ser mais leve e bonita. Com isso, gostaria de agradecer imensamente aos meus pais por me apoiarem nessa trajetória, sem eles nada do que aconteceu faria sentido. Mesmo longe, de várias maneiras sutis, me deram força para vencer os obstáculos.

Várias pessoas passaram pela minha vida nesses últimos anos e eu só tenho a agradecer, em especial aqueles que ficaram e que de alguma forma me ajudaram a seguir.

RESUMO

As relações bilaterais entre Brasil e Argentina constituem um dos principais eixos que definem as relações internacionais na América do Sul. Essas relações passaram por momentos de distanciamentos e conflitos ao longo do tempo. Durante os governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e de Juan Domingo Perón (1952-1955) as ações de política externa dos dois, apesar de certas semelhanças, foram majoritariamente distintas devido a uma série de fatores, dentre eles o cenário interno e externo. O Brasil, desde no início da República, em 1889, estreitou seus laços com os Estados Unidos, diferentemente da Argentina, que devido à sua aproximação mais proeminente com a Inglaterra, sempre se opôs às iniciativas hegemônicas norte-americanas no continente. O cenário internacional pós-1945 e na proeminência do conflito leste/oeste alterou a política externa norte-americana para a América Latina e, com isso, Vargas e Perón tiveram que buscar uma forma de barganhar melhores condições para os seus processos de desenvolvimento industrial e para se manterem autônomos. A compreensão da política externa entre Brasil e Argentina tem como principal interesse entender a relação com os Estados Unidos e como esta acabou influenciando uma possível aproximação entre Vargas e Perón durante a década de 1950.

Palavras-chaves: Política Externa; Brasil e Argentina; Estados Unidos; Getúlio Vargas; Juan Domingo Perón.

ABSTRACT

The bilateral relations between Brazil and Argentina constitute one of the main points that define international relations in South America. These relationships have gone through moments of detachment and conflict over time. During the governments of Getúlio Vargas (1951-1954) and Juan Domingo Perón (1952-1955), the foreign policy actions of the two, despite certain similarities, were largely different due to a number of factors, including the internal and external scenario. Brazil, since the beginning of the Republic in 1889, has tightened its ties with the United States, unlike Argentina, which, because of its more prominent approach to England, has always opposed US hegemonic initiatives on the continent. The post-1945 international scenario and the prominence of the East / West conflict changed US foreign policy towards Latin America, and with it Vargas and Perón had to find a way to bargain better conditions for their industrial development processes and to remain autonomous. The understanding of the foreign policy between Brazil and Argentina has as main interest to understand the relation with the United States and how this ended up influencing a possible approximation between Vargas and Perón during the decade of 1950.

Keywords: Foreign Policy; Brazil and Argentina; U.S; Getúlio Vargas; Juan Domingo Perón.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CGT	<i>Confederación General del Trabajo</i>
CMBEU	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisas
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
EUA	Estados Unidos da América
EXIMBANK	Banco Mundial e Banco de Exportação e Importação
FMI	Fundo Monetário Internacional
OEA	Organização dos Estados Americanos
OPA	Operação Pan-americana
PSD	Partido Social Democrata
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UDN	União Democrática Nacional
YPF	<i>Yacimientos Petrolíferos Fiscales</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. AS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA-ESTADOS UNIDOS.....	12
1.1 O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NO CONTINENTE AMERICANO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA BRASIL E ARGENTINA	12
1.2 A CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO BRASIL-ARGENTINA	15
2. AS AÇÕES DE POLÍTICA EXTERNA: GETÚLIO VARGAS E JUAN DOMINGO PERÓN (1951 - 1955)	21
2.1 A POLÍTICA EXTERNA DE GETÚLIO VARGAS (1951-1954).....	21
2.1.1 Política Externa e Diplomacia Brasileira	22
2.2 A POLÍTICA EXTERNA DE JUAN DOMINGO PERÓN (1952-1955).....	29
3. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1951 - 1955).....	35
3.1 A VOLTA A PRESIDÊNCIA, CENÁRIO INTERNO E INTERNACIONAL.....	35
3.2 POPULISMO.....	36
3.3 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E A APROXIMAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS	37
3.4 A POLÍTICA EXTERNA.....	41
3.5 AS RELAÇÕES ENTRE OS DOIS - DIFERENTES VISÕES	44
3.6 FIM DO GOVERNO VARGAS E PERÓN	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48

INTRODUÇÃO

Política Externa pode ser definida como um conjunto de decisões e ações que um determinado país realiza em relação a outro Estado, organizações internacionais, atores transnacionais e corporações multinacionais. Essas ações são expressadas segundo o seu cenário interno e externo. Para Letícia Pinheiro (2004, p. 7) “[...] trata-se da conjugação dos interesses e ideias dos representantes de um Estado sobre a sua inserção no sistema internacional tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder”.

A política externa brasileira sofreu alterações ao longo do tempo de acordo com os interesses predominantes em cada período. Desde a Proclamação da República, em 1889, o Brasil buscou uma inserção internacional, aproximando dos Estados Unidos de forma a barganhar uma posição de autonomia, procurando uma maior atuação internacional. Barão do Rio Branco desempenhou um grande papel na formulação da diplomacia brasileira. A aproximação com os Estados Unidos fez parte desse modelo de inserção brasileira no cenário internacional, além de manter uma hegemonia no continente sul-americano. Portanto, desde o século XIX o Brasil buscou obter vantagens nas suas relações, o que fica latente a partir dos anos 1930, visto que a política externa se volta para a promoção da industrialização.

Já a política externa argentina é marcada por controvérsias, principalmente no que tange a sua inserção internacional, visto que, no começo, foi marcada somente por questões comerciais. Esse caráter acabou afastando o país de alianças e do próprio cenário internacional. Por muitos anos essa ação de política externa se alinhou à Inglaterra e manteve oposição aos Estados Unidos e, de certa forma, aos países vizinhos, principalmente o Brasil pela disputa hegemônica no Cone Sul.

Esse trabalho possui como objetivo procurar entender como as ações de política externa de Brasil e Argentina se formularam durante os governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e Juan Domingo Perón (1952-1955) e, a partir disso, analisar e comparar como essas políticas externas influenciaram de alguma forma suas aproximações com os Estados Unidos no cenário pós-Segunda Guerra Mundial e de emergência da Guerra Fria, além de compreender até que ponto as relações entre os dois foram afetadas por essa aproximação.

No contexto abordado, 1951 a 1955, é importante fazer uma retrospectiva histórico bibliográfica para entender como foram construídas as relações bilaterais e, a partir disso, fazer uma análise comparativa entre Brasil e Argentina, de forma a distinguir como os

Estados Unidos possam ter influenciado em uma possível aproximação ou distanciamento dos dois.

O cenário internacional do pós-Segunda Guerra impactou tanto o Brasil quanto a Argentina, abrindo novas possibilidades de desenvolvimento. Entre 1929 e 1950, os dois países passaram por transformações importantes em suas economias. É importante compreender como essas transformações foram alcançadas a partir de diferentes estratégias e levaram ao desenvolvimento. Portanto, é interessante buscar a análise comparativa para entender as especificidades desse processo (CORSI, 2000).

A relação entre Brasil e Estados Unidos sugere conexões complexas estabelecidas entre a grande potência e seus aliados subordinados para criar um sistema de poder no cenário internacional. No pós-Segunda Guerra Mundial, essa relação demonstrou uma intenção clara da construção de uma grande hegemonia norte-americana na região. Durante os anos de 1930 a 1989, a política exterior brasileira foi ligada ao processo de desenvolvimento nacional. Para Getúlio Vargas a relação entre os dois países poderia acelerar a industrialização brasileira por meio de recursos advindos das exportações para o mercado norte-americano. Assim, buscava apoio na medida em que reforçava o potencial mineral brasileiro para os interesses bélicos dos Estados Unidos e reforçava a ideia de que o Brasil exercia um papel estratégico na manutenção da influência global norte-americana no pós-guerra. Durante o segundo mandato, Vargas buscou obter resultados dessa cooperação sem muito sucesso, visto que os Estados Unidos estavam mais focados no combate ao comunismo e na reconstrução da Europa Ocidental na época.

A Argentina de Juan Domingo Perón, por sua vez, buscava uma forma de manter as exportações norte-americanas e a liberação das reservas internacionais bloqueadas e garantir uma relativa autonomia decisória no cenário internacional, podendo escolher seus parceiros comerciais e financeiros mais apropriados aos seus interesses. Ambos os países buscavam uma aproximação com os Estados Unidos almejando o mesmo objetivo, investimento ao desenvolvimento nacional, porém agindo de forma diversa. Perón mudou de uma relação conflituosa a uma conciliação, já com Vargas foi o contrário.

A relação entre Brasil e Argentina constitui um dos principais eixos que definem as relações internacionais da América do Sul. É marcada por períodos de distanciamento e conflitos ao longo do tempo. Houve históricos de rivalidades e aproximações. O processo de modernização para ambos os países se pautava na industrialização como uma forma de alcançar a autonomia política e econômica na América do Sul, visando uma participação política e internacional com soberania. Entre 1946 e 1955, as relações bilaterais passaram por

várias dificuldades. Enquanto a Argentina via as relações bilaterais comerciais com o Brasil de forma benéfica, o Brasil acenava tanto para Perón quanto para os Estados Unidos, pois via nisso uma forma necessária de associação para tornar-se líder regional (VIDIGAL, 2009).

Buscando o entendimento dessas questões o primeiro capítulo faz uma retrospectiva histórica das relações entre Brasil, Argentina e Estados Unidos, para compreender como elas ocorreram ao longo do tempo, enfatizando o papel desempenhado pelos Estados Unidos no continente americano e suas implicações para Brasil e Argentina e a construção do relacionamento entre os dois países.

O segundo capítulo faz uma análise das ações de política externa no período de 1951 a 1955. Vargas volta à presidência em 1951 em um cenário internacional e interno diferente. No plano interno o Brasil estava passando por um desequilíbrio financeiro advindo do governo anterior e uma forte oposição ao seu governo, principalmente em relação à adesão do capital estrangeiro no processo industrial. O caso da Argentina era semelhante, pois Perón volta à presidência em 1952 com uma deterioração econômica e uma oposição que se articula para a sua derrocada em 1955. Dessa forma, as ações de política externa de Perón foram alteradas de modo a buscar uma aproximação com os países vizinhos, principalmente o Brasil, e posteriormente os Estados Unidos.

Será realizada uma análise comparativa entre Brasil e Argentina no terceiro capítulo, como forma de entender as suas diferenças e semelhanças tanto no cenário interno quanto internacional em relação à volta a presidência, a forma de condução do governo e a política externa, o populismo, o processo industrial e a aproximação com os Estados Unidos.

No final, identificar as ações de política externa na relação desses países que possam ter influenciado o relacionamento com os Estados Unidos no pós-Segunda Guerra Mundial e comparar os instrumentos de política externa, parceria estratégica e barganha de ambos os países em relação aos Estados Unidos no período citado.

1. AS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA-ESTADOS UNIDOS

1.1 O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NO CONTINENTE AMERICANO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA BRASIL E ARGENTINA

Desde o final do século XIX e começo do século XX os Estados Unidos possuíam uma política externa voltada para a América Latina. As relações internacionais mudaram no cenário pós-guerra e na emergência do conflito leste/oeste. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial tornou-se visível para os norte-americanos a importância da América Latina, pois necessitavam garantir fontes de matéria-prima para sua indústria bélica, como também manter a segurança, de forma a impedir um avanço alemão e garantir a hegemonia na região.

Em 1947 foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), peça importante para manter a segurança da região, que determinava que qualquer ataque sofrido a um país americano seria considerado agressão a todo o continente. Importante lembrar que a ação dos Estados Unidos parte do princípio de zona estratégica, mantendo e assegurando então seus interesses. Para Bandeira (2010), a América do Sul é importante para os Estados Unidos como forma de manter sua hegemonia por causa da sua dimensão econômica e comercial.

[...] sua estratégia global sempre foi determinada pelos interesses e necessidades do seu processo produtivo e de sua sociedade, i. e., assegurar as fontes de materiais estratégicos, tais como os campos de petróleo na Venezuela, as minas de estanho na Bolívia, as minas de cobre no Chile etc., existentes na América do Sul, e manter abertas as linhas de acesso, às vias de comunicação e transporte, no Atlântico Sul e no Caribe (BLACK, 1986, p.10 apud BANDEIRA, 2010, p. 51).

A Pax Americana durante a Guerra Fria foi crucial para a consolidação hegemônica norte-americana, pois unia o livre fluxo de capitais e o combate ao comunismo. A questão da segurança nacional foi organizada de forma a ser coletiva. A intenção, segundo Moura (2012), era de preservar o mundo livre, combater o comunismo internacional na região e de propagar o liberalismo ilimitado. Assim, foram criados a Doutrina Truman, um plano para contenção e combate do comunismo; o Plano Marshall, visando a reconstrução dos países europeus e manter a distância com o comunismo; e o TIAR. A América Latina estava sob forte olhar nos âmbitos político, econômico e cultural, como exemplos tivemos a construção da Organização dos Estados Americanos (OEA), como forma de garantir a paz a segurança do continente.

O ano de 1947 é marcado pelo lançamento da Doutrina Truman, do Plano Marshall e também pela assinatura do Tiar (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) ou Tratado do Rio. Pela Doutrina Truman, lançada em março, os EUA asseguravam

que suas forças militares estariam sempre prontas a intervir em escala mundial, desde que fosse preciso defender um país aliado da agressão externa (da URSS) ou da subversão interna, desencadeada pelo movimento comunista internacional. Posteriormente, em julho é lançado o Plano Marshall para a reconstrução da Europa Ocidental, devastada pela Segunda Guerra. Enquanto a recuperação da Europa contava com este plano para afastar a expansão do comunismo, a preocupação para com a América Latina estava direcionada a alguns governos e movimentos nacionalistas que deviam ser contidos, ou até mesmo, afastados (PAGLIAI, 2006, p. 28-29).

Vários acordos militares entre Estados Unidos e países latino-americanos aconteceram durante a Guerra Fria e visavam o compromisso norte-americano com o fornecimento de assistência militar em troca do abastecimento de matérias-primas estratégicas, assim como para limitar as relações comerciais com a União Soviética. Esses acordos acabaram criando uma nova forma de segurança na região, agora pautada pela coletividade, passando a responsabilidade para todos os países (HIRST, 2003). Manter a segurança internacional estava ligado à questões militares.

Assim, desde o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos já haviam consolidado na região sul-americana uma área de influência segura. Essa influência acabou delimitando a relação Brasil e Argentina, formulando suas políticas externas, assim como uma competição regional.

Os Estados Unidos são considerados para o Brasil com um principal parceiro ao longo da história, desde Rio Branco, que sempre acreditou na importância dessa relação e estabeleceu linhas de política externa para esse fim no início do século XX. Com as mudanças travadas no cenário internacional, com o fim da hegemonia britânica e a ascensão dos Estados Unidos, houve uma mudança nas percepções brasileiras e uma reordenação em suas posições. O Brasil precisava destacar sua posição regional no Cone Sul e seu poder de barganha com os Estados Unidos. Os Estados Unidos via o Brasil como um estabilizador regional, segundo Pecequillo (2011, p. 18).

A aproximação entre Brasil e Estados Unidos foi marcada por idas e vindas de pragmatismo e automatismo. O segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) é caracterizado pelo alinhamento pragmático, assim como o primeiro. No período pós-guerra, o Brasil tentou usar a mesma política de barganha usada durante o conflito para obter vantagens, mas com a presidência de Harry Truman, em 1947, houve uma mudança na percepção norte-americana em relação à América Latina (PECEQUILO, 2011).

Nesse período, até 1952, o governo norte-americano pressionou países sul-americanos sobre os riscos de expansão do comunismo na região. A lógica era de proteger a hegemonia norte-americana na América do Sul e afastar ações da União Soviética.

Arelada à questão desenvolvimentista, em 1951 a política externa de Vargas se volta aos Estados Unidos como forma de conseguir investimentos para acelerar o processo industrial do país. Para Cervo (2008), as relações entre Brasil e Estados Unidos são tidas como parceria estratégica, o que foi amplamente estabelecido na literatura como fator determinante para o desenvolvimento brasileiro. Esse modelo entra em crise somente a partir de 1970, durante o regime militar brasileiro. Ainda para Cervo (2008, p. 231), desde 1930 “O projeto que Vargas e Aranha acariciavam em seu pensamento havia de conduzir à transformação do Brasil pela industrialização, que requeria universalismo de ação externa e autonomia decisória interna. E um alto grau de dignidade diplomática”.

Houve acordos importantes entre os dois países durante o governo de Vargas, como a formação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico e Acordo Militar Brasil-EUA em 1952, que indicavam como prioridade a modernização da agricultura, indústria e formação de infraestrutura, mas que acabou sendo suspensa pela falta de apoio financeiro dos Estados Unidos. O Brasil também acaba inserindo em sua política exterior os parâmetros da segurança coletiva para conseguir os investimentos necessários à industrialização (PECEQUILO, 2011).

A posição argentina na Segunda Guerra Mundial, chamada de Terceira Posição, acabou fazendo com que o país ficasse isolado no continente americano. O termo foi utilizado para designar a neutralidade da Argentina como ação de política externa durante o conflito. Para Candeias (2005), a neutralidade argentina propagava, na verdade, uma série de questionamentos, o que acabou deteriorando sua relação com os Estados Unidos. Na realidade, essa posição buscava melhores formas de negociação e inserção no cenário internacional, visto que o desenvolvimentismo industrial argentino precisava de investidores para acontecer.

Em 1947, a Terceira Posição causou preocupação em Washington, caracterizada pela maioria dos políticos norte-americanos como uma postura pró-soviética, antipan-americana e voltada à hegemonia na América do Sul. Na verdade, nada disso procedia. A Argentina apenas se aproveitava dos atritos entre Leste e Oeste para negociar melhores posições políticas e insumos industriais, declarando um não alinhamento automático (CAVLAK, 2010, p. 54).

A política de neutralidade da Argentina foi uma forma de barganhar com os Estados Unidos, mas acabou ocasionando forte oposição norte-americana, que realizou uma série de sanções políticas e comerciais. A política argentina da Terceira Posição levou a uma expansão da política do país com os europeus, com uma tentativa de recuperar sua hegemonia regional. Vários acordos foram firmados ao longo de 1945-1955, Juan Domingo Perón explorou outros mercados na Europa, estabelecendo uma abertura comercial com os países do leste europeu,

assim como tentou estabelecer uma integração e união regional no continente sul-americano, mas suas tentativas foram reprimidas pelos Estados Unidos (CORIGLIANO, 2010).

Durante a década de 1950, a situação interna argentina fez com que fosse reavaliada a política da barganha em prol de um projeto desenvolvimentista, o que favoreceu uma aproximação com os Estados Unidos através da Lei 14.222, regulamentada pelo TIAR, que orienta a atuação do capital estrangeiro no país. Mesmo assim a Argentina continuou não se alinhando, mantendo sua posição de barganha nacionalista-pragmática, pois mesmo com a aproximação dos Estados Unidos, manteve ainda relação com a União Soviética, tentativas de integração com países sul-americanos e comerciais com o leste europeu.

Para os Estados Unidos o nacionalismo latino-americano expressado pela figura de Vargas e Perón foi tido como ameaça, pois consideravam a postura perigosa, como, por exemplo, em relação à preservação de recursos naturais, que representava a não exploração desses recursos por outra nação. Isso se agrava com a criação da Petrobras em 1953. Para Pecequillo (2011, p. 28) “[...] a nacionalização do petróleo foi objeto de interferência política dos EUA [...]”.

Os governos latino-americanos vistos como autônomos e nacionalistas também foram considerados suspeitos para os Estados Unidos, pois poderiam se aproximar da União Soviética e ao bloco socialista. Sendo assim, os Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, se voltaram para o combate do comunismo na região, pois o continente era visto como uma reserva estratégica da sua política expansionista. Os países que aderissem à política norte-americana receberiam recompensas e os que fossem contrários, castigo. Um exemplo disso foi a Argentina.

É importante perceber como as especificidades do período e as ações políticas e ideológicas marcaram as posições de política externa e as relações entre os países. Houve confrontação de intenções e interesses ao longo dos anos e essas moldaram suas relações. Nesse processo de inserção internacional, as determinações internas marcaram as externas e também a construção de estratégias de ações.

1.2 A CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO BRASIL-ARGENTINA

A relação entre Brasil e Argentina constitui um dos principais eixos que definem as relações internacionais da América do Sul. É marcada por períodos de distanciamento e conflitos ao longo do tempo. Para Candeias (2005), o histórico dos dois países se baseou tanto

em ações conjunturais, quanto estruturais e independentem de regimes políticos e situações econômicas.

As aproximações entre Argentina e Brasil ocorreram até os anos 70 de forma irregular – perpassando regimes tão diversos como os de Urquiza, Mitre, Roca, Sáenz Peña, Justo, Perón e Frondizi – e se intensificaram desde os anos 80 – passando igualmente por governos tão díspares como os de Videla, Alfonsín, Menem, Duhalde e Kirchner. Essa constatação sugere que a natureza do relacionamento com o Brasil passou de conjuntural a estrutural, independentemente do regime político (ditadura, democracia) ou da situação econômica (inflação, crise, estabilidade, crescimento). Por outro lado, é evidente que o aprofundamento da democracia e do desenvolvimento econômico fortalece estruturalmente a relação bilateral, no sentido de maior integração (CANDEIAS, 2005, p. 02).

Brasil e Argentina possuem rivalidades históricas travadas por uma competição econômica e militar pela hegemonia do continente. Historicamente, ambos viam em países europeus seus principais parceiros econômicos, realidade que mudou a partir do século XX, graças ao ideal do nacional desenvolvimentismo. Durante os anos, algumas tentativas de alianças foram feitas, como o Pacto do ABC entre Argentina, Brasil e Chile, em 1914 e na década de 1950. A Argentina até meados de 1930 possuía um bom desempenho econômico, diferentemente do Brasil, que só se aparelha entre 1930 a 1960 a partir da política de desenvolvimento industrial.

No período abordado por este trabalho, as relações Brasil-Argentina foram pautadas pela ideia de instabilidade conjuntural e busca de cooperação, com movimentos de rivalidade (CANDEIAS, 2005).

Durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950), a aproximação brasileira com os Estados Unidos foi maior, levando a um alinhamento da política externa, acarretando uma série de atritos com a Argentina, pois para Perón, o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos era passível de intervenção norte-americana na América do Sul, o que o levou a um sentimento antiamericano muito proeminente que só acabou durante o seu segundo mandato, e acabou dificultando a relação bilateral entre Brasil e Argentina.

Para Perón, os acordos bilaterais alinhados à Terceira Posição aumentariam seu poder de barganha, por isso a aproximação entre Perón e Dutra não aconteceu, mas foi renovada com a volta de Getúlio Vargas ao poder, visto que este, em sua campanha, se mostrava favorável a uma união econômica com o cone sul.

[...] conformados com o afastamento do governo Dutra, o governo peronista aguardou pela sucessão presidencial no Brasil, promissora para suas pretensões na medida em que Getúlio Vargas tinha cada vez mais sua candidatura fortalecida. Vargas era um político muito conhecido na Argentina, bastante prestigiado entre as hostes peronistas e, acima de tudo, uma grande influência política de Perón, que admitia claramente inspirar-se nas políticas trabalhistas do ex-chefe do Estado Novo (CAVLAK, 2010, p. 60).

O processo de modernização para ambos os países se pautava na industrialização como uma forma de alcançar a autonomia política e econômica na América do Sul, visando uma participação política e internacional com soberania. O processo de industrialização e intervenção do Estado na economia, captação de investimentos estrangeiros e empréstimos com os Estados Unidos foram importantes e, além disso, as configurações internas moldaram os posicionamentos de política externa de forma que a opinião pública se tornou algo importante por causa do nacionalismo.

Ancorada a essa linha de ação, é importante ressaltar a importância que a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) tem no processo de industrialização, como forma de superar as dependências estruturais de países subdesenvolvidos em relação a países centrais.

No pós-guerra, as mudanças trouxeram novas demandas, fazendo com que reformas sociais fossem implementadas no plano interno, traçando novos cenários na política internacional. Com isso, teóricos da CEPAL desenvolveram medidas voltadas para a questão do desenvolvimento latino-americano, projetando novas ideias para a superação dos problemas existentes na região. Para eles, a divisão entre centro e periferia ocorria porque o comércio internacional favorecia a acumulação das riquezas em países exportadores de manufaturas e importadores de matérias-primas, já nos países da periferia seria o contrário. Para essa superação, era necessário romper com esse processo e promover a industrialização para superar as desigualdades (CERVO, 2008).

Essas ideias moldaram e justificaram determinados posicionamentos políticos, na crença que a modernização seria possível com a industrialização e captação de recursos externos, tudo isso sob o controle do Estado, e também com um plano de ação para integração das Américas Central, Caribe e Sul. O modelo proposto, portanto, caberia ao Estado, que deveria promover a industrialização como forma de superação desse atraso, chamado de Substituição de Importação (CAVLAK, 2010).

A estratégia de ação proposta por eles envolvia o esforço interno das nações no sentido de promover a industrialização como política de Estado, adequando política exterior e ação diplomática para induzir um novo modelo de inserção internacional. Desde sua independência, a sociedade latino-americana havia se estabelecido na infância social e econômica, contentando-se com forma soberania política, porém aceitando a condição de exportadora de produtos primários e importadora de manufaturados. O pensamento cepalino concebia uma quebra dessa ordem e atribuía ao Estado o papel principal de agente indutor das condições requeridas pelo novo modelo. Para esses intelectuais, estava em jogo a superação do sistema dual mundial, nada menos (CERVO, 2008, p. 14).

Tanto Brasil quanto Argentina fizeram sua política com base nessa ideia, conforme achassem mais viável e justificável. Cada país acabou voltando para si e não promoveu

comércio comum. Com isso, ao mesmo tempo em que a CEPAL formulou as ideias, também acabou legitimando essas ações políticas. Houve nessa época uma ideia de cooperação internacional entre os países em desenvolvimento, porém o modelo proposto ainda era fraco e criava obstáculos ao comércio entre os latino-americanos.

Vale ressaltar que as discussões acerca da integração das Américas começam em 1954 e resultam na criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960, com base nas diretrizes da CEPAL para a formação de um mercado regional comum, o que acabou não trazendo o efeito esperado de promover uma integração.

A integração entre os países latino-americanos foi bastante discutida e sua necessidade ficou mais latente no cenário pós-guerra, principalmente porque, para muitos analistas, o isolacionismo não tinha capacidade de construir infraestrutura para transformar qualquer país em uma possível potência. Para Iuri Cavlak (2010), a saída não era manter relações bilaterais com Estados Unidos ou Europa, mas sim uma junção, união entre esses países com desenvolvimento econômico semelhantes.

A construção da ideia de blocos econômicos também foi presente como parte dessa integração perante a reorganização da Europa no cenário pós-guerra, assim o Pacto ABC, a formação da Operação Pan-americana (OPA) e ALALC foram inspiradas nas ações europeias (CAVLAK, 2010). O Pacto do ABC, formação de um bloco econômico e político com Argentina, Brasil e Chile proposto por Perón, acabou não acontecendo por hesitações de Vargas. A ideia de integração volta a ser discutida anos depois, entre 1970 e 1980.

É possível perceber entre Brasil e Argentina posturas e interesses semelhantes, assim como desenvolvimentos parecidos na época, levando a um aumento de suas pretensões hegemônicas na América do Sul, embora os dois também fossem favoráveis a acordos bilaterais como forma de fortalecimento na nova ordem internacional.

Um dos principais eixos da América Latina é justamente entre os dois. Houve dificuldades nessa relação, principalmente porque havia um receio muito grande de que a Argentina pudesse disputar com o Brasil o papel de principal aliado dos Estados Unidos na região. Aqui entra também a questão da hegemonia norte-americana na região e qual sua intenção com isso. Para Vidigal (2009):

A chancelaria brasileira tratou a política de Perón como expansionista e, portanto, prejudicial à posição do Brasil na Bacia do Prata, enquanto a diplomacia argentina considerava o Itamaraty o grande opositor a uma política de entendimento bilateral. A política brasileira era vista pelo San Martín como de oposição sistemática a tudo que favorecesse a Argentina. Como pano de fundo, o contexto internacional da Guerra Fria e a forte presença dos Estados Unidos na política dos países sul-americanos (VIDIGAL, 2009, p. 19-20).

Em meados dos anos 1950, a relação entre Argentina e Estados Unidos foi vista como suspeita pelo Brasil. O conflito entre os dois era de certa forma benéfica para o Brasil e poderia se tornar um obstáculo para as relações bilaterais com os Estados Unidos. Mas a relação Brasil e Estados Unidos também preocupava a Argentina, que era contrária à política de alinhamento brasileiro.

Em 1950 e 1951 já era possível perceber uma mudança na economia argentina. Perón, na virada da década, realizou medidas de austeridade, forte controle dos gastos e recorreu aos empréstimos estrangeiros com o fornecimento de crédito do Banco de Importação e Exportação dos Estados Unidos (EXIMBANK) (CAVLAK, 2010).

A Argentina precisava desenvolver sua indústria e vender seus produtos, assim acabou acontecendo um redirecionamento do comércio para o continente americano, em especial para o Brasil, já que os Estados Unidos ainda mantinham restrições em relação à venda de produtos, além de não ter interesse na compra do que era produzido na Argentina, e a Inglaterra, na época, não tinha condições de comprar em larga escala.

[...] o Brasil, na medida em que foi desenvolvendo sua indústria, consolidou-se em alguns períodos como segundo mercado de importação argentina, transformando-se na esperança de Perón de não se comprometer em demasia com os Estados Unidos. Sabendo que Vargas necessitaria de produtos de clima temperado, o governo argentino apostou na complementação comercial, oferecendo, a preços baixos, suas mercadorias em troca de madeira, aço e produtos tropicais, caracterizando-se assim o primeiro momento que inclinaria as nações para a integração (CAVLAK, 2010, p. 65).

Ao chegar ao poder, Vargas implementou sua política de barganha nacionalista. De um lado havia os Estados Unidos e do outro a Argentina. Essa forma de agir se voltando ao continente americano seria uma forma de pressionar os Estados Unidos para um maior investimento na região e também de escoar os produtos brasileiros para outras áreas. Para Iuri Cavlak (2010, p. 66), “Pela primeira vez, a diplomacia brasileira realmente se afinou com Buenos Aires objetivando alcançar maior autonomia regional, ou seja, a liderança de um bloco subsistêmico, de modo a alcançar ótimas condições para o poder de negociação com o primeiro mundo”. Sendo assim, o Brasil acabou acenando para os dois países, pois via nisso uma forma necessária de associação para tornar-se líder regional (VIDIGAL, 2009).

Durante o governo de Vargas havia desconfiança política em relação à Argentina, principalmente quanto à sua postura frente à Segunda Guerra Mundial e aos Estados Unidos. Essa distensão entre os dois países fez parte do período instável. No plano multilateral, os países apresentavam também divergências em relação ao estabelecimento de sistemas comerciais de preferências, assim como no plano político. Em questão regional, a competição entre os dois era sistemática, pois, segundo Vidigal (2009, p. 20), “A política exterior

peronista expandia a influência argentina no continente, enquanto o Brasil procurava contrabalançar a presença argentina nas relações latino-americanas”.

Mas o Brasil também se voltou para outras regiões da América do Sul, como Bolívia, Peru, Equador, Venezuela, Colômbia, Suriname e Guiana a partir de 1950, por causa do seu processo industrial, sendo necessária a abertura de mercado para seus produtos. Na década de 1980, essa relação ficou mais estreita e acabou fomentando ações integralistas na região (BANDEIRA, 2010).

Em 1954 Brasil e Argentina assinaram novos acordos pela Comissão Mista de Comércio, que estabelecia um regime especial de preços na compra de trigo, farinha de trigo e carne da Argentina, e café, cacau e erva-mate do Brasil, favorecendo as exportações e importações dos dois. Os acordos não foram para frente por causa dos desentendimentos em relação ao Pacto do ABC e fim de ambos os governos (CAVLAK, 2012).

Perón tinha intenção de buscar uma cooperação continental e, como exemplo disso, houve a iniciativa de reconstrução do Pacto do ABC, que fracassou pela negativa do Brasil, mesmo tendo se mostrado favorável a uma união durante sua campanha, pois temia uma desaprovação dos setores da sociedade. Assim, é perceptível a rivalidade existente entre os dois países ao longo dos anos.

Para o Brasil, se aproximar da Argentina poderia prejudicar sua relação com os Estados Unidos. Para a Argentina, era uma oportunidade de conseguir exportar seus produtos e suas ideias aos países latino-americanos em busca de uma liderança na região.

Vários foram os fatores que levaram a um fracasso da união econômica entre Brasil e Argentina, assim como com outros países sul-americanos. Podemos citar a forte oposição norte-americana, com boicotes aos países caso esses formassem alianças econômicas, as fortes oposições internas dos governos e a competição brasileira e argentina frente à hegemonia do continente sul-americano e a parceria privilegiada com os Estados Unidos.

2. AS AÇÕES DE POLÍTICA EXTERNA: GETÚLIO VARGAS E JUAN DOMINGO PERÓN (1951 - 1955)

2.1 A POLÍTICA EXTERNA DE GETÚLIO VARGAS (1951-1954)

Getúlio Vargas volta à Presidência da República brasileira em 1951, eleito com 48,7%¹ dos votos e se defronta com um cenário diferente do que deixou em 1945, com dificuldades internas e externas. Não poderia mais usar a mesma estratégia. O mundo havia mudado com os horrores da Segunda Guerra Mundial e com a dominação dos Estados Unidos da América no cenário econômico internacional. No Brasil, segundo Maria Celina D' Araújo (1992), os padrões na política se alteraram buscando as novas regras da democracia representativa.

A economia brasileira entre 1930 e 1950 mudou de forma rápida, marcando a transição entre o setor agrícola baseado na exportação, para o desenvolvimento da indústria e do setor urbano. Em seu segundo governo, Vargas precisou lidar com as heranças do governo anterior de Eurico Gaspar Dutra, como a inflação, a recorrência do desequilíbrio financeiro do setor público e também com a mudança de postura dos Estados Unidos em relação aos programas de desenvolvimento brasileiro. Com isso, houve uma reorientação das relações entre Estado e economia, modificando a forma de atuação do governo, mas como cita Octávio Ianni, essa transição não foi repentina e muito menos sem ambiguidades (IANNI, 1986).

A oposição durante o governo se dividia em duas esferas: a dos nacionalistas - que defendiam o desenvolvimento econômico nacional pela industrialização, mas com restrição ao capital estrangeiro - e os contrários² - que se opunham à intervenção do estado na economia e defendiam o capital estrangeiro para proporcionar o progresso econômico. Vargas atuou como mediador entre as diferentes forças sociais, segundo Boris Fausto.

Para Amado Luiz Cervo (2008, p. 49) duas correntes políticas moldaram o modelo desenvolvimentista do Brasil na década de 1950 e se aprofundaram em 1960: os que eram a favor do desenvolvimento associado e os do desenvolvimento nacional autônomo. Esse

¹ Dado presente em: D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. P. 78.

² Termo também utilizado como entreguistas, presente em: CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da Política exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2002.

confronto foi importante, pois ambos propuseram estratégias de inserção internacional. Sendo assim, “Por ser composto de pensamento político híbrido, o modelo de inserção internacional do Brasil resultou aberto às forças do capitalismo internacional, mas com autonomia de condução”.

No discurso político de Vargas foram presentes os ideais de populismo, nacionalismo e anti-imperialismo. Sendo assim, exaltaram as discussões acerca do aproveitamento de minerais estratégicos, no caso, o petróleo, e a entrada de capital estrangeiro.

2.1.1 Política Externa e Diplomacia Brasileira

A política externa durante o segundo governo de Getúlio Vargas foi marcada pela barganha nacionalista, segundo Hirst (1996). O termo faz referência à necessidade de adaptação da visão americanista sob o nacional-desenvolvimentismo, pois assim seria primordial a negociação com os Estados Unidos para continuar com o desenvolvimento econômico.

Um dos pilares da política de Vargas foi a industrialização e modernização econômica. A ideia do nacional-desenvolvimentismo serviu como base ideológica para a política de substituição de importações e fortalecimento da indústria nacional como forma de obter uma autonomia no mercado interno. A maior presença do Estado na economia entraria para ajudar a industrialização, com mecanismos para direcionar capitais agrícolas para o setor industrial. Caberia ao Estado, portanto, atuar de forma complementar ao setor privado.

Para que isso ocorresse era necessário buscar aliança com os Estados Unidos, como foi utilizado na década de 1930. O Brasil, nesse contexto, acabou flertando com os Estados Unidos e a Alemanha para conseguir obter investimentos, mas as relações com os Estados Unidos foram mais proveitosas e assim permitiu ao Brasil obter empréstimos, renegociação da dívida e insumos para o fomento do desenvolvimento do parque industrial nacional. Já com a Alemanha, Vargas obteve trocas comerciais e apoio político, e com isso pôde barganhar com os Estados Unidos melhores condições. Sobre isso, Cervo (2001, p. 41-42) diz que:

Na segunda metade dos anos 30, o Brasil reformulou com senso muito pragmático sua política de comércio exterior, que passou a fundar-se em três princípios: primeiro, aproveitar as rivalidades dos blocos antagônicos em formação para provocar a competição interna e elevar o poder de barganha nas negociações externas; segundo, manter a política de comércio liberal do lado dos Estados Unidos, forçando-os, contudo, a agir em razão das condições de competição provocadas; terceiro, incrementar o intercâmbio com Alemanha (e a Itália) por meio de mecanismos de comércio compensado.

E também que:

Na historiografia é de certo modo consensual que o Brasil fez “jogo duplo” em relação aos Estados Unidos e à Alemanha, no período que antecede à Segunda Guerra, com a finalidade de barganhar. Tal jogo fora-lhe facilitado pela crescente participação alemã no comércio exterior brasileiro no período de 1934 a 1938, concomitante com o declínio da presença tanto norte-americana quanto inglesa nas compras e vendas do país (CERVO; BUENO, 2008, p. 234).

O desenvolvimentismo de Vargas possuía o objetivo de transformar a economia dos países latino-americanos de forma a inseri-los em um padrão de competitividade. Essa ideologia se estende até meados de 1980 no Brasil. Para chegar a esse resultado, era preciso buscar investimentos públicos e privados voltados para a produção de bens de consumo e infraestrutura. A intenção da conduta diplomática brasileira se pautava na cooperação econômica como forma de desenvolver a indústria nacional e, assim como cita Cervo (2008), a política exterior promovia elementos para seguir com o projeto nacional de desenvolvimento.

Dentre as principais características dessa política estavam o protecionismo à indústria nacional, a captação de empréstimos internacionais, o investimento em indústria de base e uma forte intervenção do Estado na economia como forma de garantir desenvolvimento. O fortalecimento do mercado interno seria importante para acabar com a dependência gerada das relações centro-periferia descritas pela matriz cepalina. Para acompanhar o desenvolvimento industrial era necessário também associá-lo à urbanização.

A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial foi importante para o desenvolvimento nacional brasileiro, pois a parceria com os Estados Unidos permitiu o financiamento da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no estado do Rio de Janeiro e também o reequipamento das Forças Armadas, com a criação da Aeronáutica. Essa relação bilateral permitiu a implementação do projeto desenvolvimentista.

Com o conflito Leste/Oeste no pós-guerra, alterou-se a percepção norte-americana sobre a América Latina, e dessa forma o Brasil não possuía mais a importância estratégica, política e econômica de antes. As ações norte-americanas no continente foram voltadas à promoção do livre fluxo dos seus interesses privados, continuando com a visão clássica de centro-periferia e assim, assegurando o fluxo contínuo de insumos para a o seu desenvolvimento industrial. Tal medida aumentava a dependência latino-americana frente aos Estados Unidos, visto que esta dependia fortemente dos investimentos externos para o seu desenvolvimento.

Diferentemente, os interesses na Europa e Ásia se voltavam para a recuperação econômica dos países, uma reconstrução, visto que os Estados Unidos viam ali uma forma de obter parceiros estratégicos no setor econômico, militar e político.

O cenário externo estava marcado, portanto, pelas mudanças da política norte-americana perante a América Latina e também a elevação dos preços do café, que favoreceu as transações comerciais externas no início da década de 1950, enquanto o cenário interno econômico estava marcado pela alta da inflação e endividamento do Estado. Para poder ter êxito no projeto econômico proposto, era necessária uma aproximação com os Estados Unidos e manter o fluxo de investimento estrangeiro no país.

Nesse contexto, o quadro de manobra brasileiro era muito limitado, assim, Vargas tenta implementar uma barganha nacionalista na tentativa de obter proveitos no apoio aos Estados Unidos no plano político-estratégico do pós-guerra, em troca de ajuda no desenvolvimento econômico brasileiro (VIZENTINI, 1999).

Para Letícia Pinheiro (2004, p. 31):

O desenvolvimentismo tinha suas demandas e, deixando para trás a ênfase na industrialização horizontal (bens de consumo), o país se voltou para a chamada industrialização vertical. No desenvolvimento, o capital privado estrangeiro seria essencial para o crescimento das indústrias de base, e o capital público nacional e estrangeiro, para as obras de infraestrutura fundamentais para acabar com os chamados pontos de estrangulamento do desenvolvimento nacional.

A IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em 1951, em Washington, nos Estados Unidos, reuniu membros dos países latino-americanos para discutir a preocupação norte-americana sobre o avanço agressivo do comunismo no plano internacional e as influências disso no hemisfério. Esse avanço fez com que os Estados Unidos adotassem um plano de mobilização econômica e pedissem para que os países latino-americanos formassem “um bloco econômico integrativo do esforço de mobilização para a defesa”, segundo San Tiago Dantas (1961, p. 366). A partir disso, o Brasil se aproveitou desse cenário para propor uma cooperação mais ativa, sem burocracias, além de reivindicações relacionadas ao projeto desenvolvimentista brasileiro, com adoção de medidas de apoio, além de poder estabelecer uma posição de liderança frente aos demais países latino-americanos (CERVO; BUENO, 2008).

No discurso brasileiro, dois pontos são importantes para entender a sua posição no cenário internacional. De um lado, o país tenta pressionar o governo norte-americano em relação à bipolarização mundial e as consequências disso na América Latina, ao mesmo tempo em que critica a ação norte-americana perante o Plano Marshall e sua preocupação mais efetiva com a reconstrução da Europa, deixando a América em segundo plano.

O memorandum enviado ao Departamento de Estado contava com uma série de reivindicações aos Estados Unidos referentes ao projeto desenvolvimentista. Dentre os empreendimentos citados estava a construção de hidrelétricas, ampliação da CSN, dentre outras. Segundo Cervo e Bueno (2008, p. 275-176):

[...] o memorandum brasileiro informava que iria pleitear em negociações bilaterais “fornecimentos com prioridade e financiamento a longo e médio termo”, a fim de que fosse possível viabilizar uma série de empreendimentos constantes de um rol de 14 itens, a saber: construção de hidrelétricas; obras de aproveitamento econômico do vale do São Francisco; construção e montagem de refinarias de petróleo; de duas usinas de azoto sintético; de novas instalações para ampliação da siderúrgica de Volta Redonda (além da construção e montagem de outra siderúrgica); dragagem, construção e aparelhamento de portos, bem como aquisição de navios mercantes; plano para o aproveitamento do carvão; cooperação financeira e técnica para eletrificação de vias férreas; financiamento para transporte e estabelecimento de imigrantes; implantação de indústrias de beneficiamento de matérias-primas; estudo das riquezas naturais nacionais por companhias mistas americano-brasileiras que seriam criadas; construção e montagem de uma usina de álcalis em Cabo Frio, além de estudos para uma outra no norte do país, silos para cereais, armazéns e navios frigoríficos; e, finalmente, peças e equipamentos para a aviação comercial.

Com êxito em suas propostas e diante desse cenário, em 1951 foi criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), com o objetivo de elaborar um diagnóstico da economia brasileira para a implementação de projetos que fossem propiciar o desenvolvimento nacional. A Comissão era fundamental para o desenvolvimento econômico do país, visto que ela assegurava o financiamento dos projetos de infraestrutura, principalmente para os setores mais importantes da época, como energia e transportes, e também a ampliação dos fluxos de investimento estrangeiro, sendo financiados pelo Banco Mundial e EXIMBANK.

Para Giambiagi (2011), a expectativa favorável da Comissão conduziu a um projeto de governo bem delimitado, que se desenvolveria em duas fases:

[...] na primeira, haveria estabilização econômica, o que consistia, fundamentalmente, em equilibrar as finanças públicas de modo a permitir a adoção de uma política monetária restritiva, e, dessa forma, reduzir a inflação. A segunda fase seria a dos empreendimentos e realizações (GIAMBIAGI, 2011, p. 09).

Porém, a Comissão acaba sendo desativada em 1953, visto que poucos projetos propostos foram realmente implementados, além de não ter obtido o resultado esperado como instrumento político para melhorar as relações com os Estados Unidos, apesar de ter apresentado resultados positivos que foram implementados mais tarde no governo de Juscelino Kubitschek.

Tanto a CMBEU quanto a IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos possibilitaram ao Brasil negociar seus interesses junto aos Estados Unidos, pois com isso se formou uma conexão entre os interesses econômicos nacionais e o capital internacional,

favorecendo uma parceria estratégica, na qual acaba articulando um possível Acordo Militar entre os dois.

Com o intuito de estabelecer uma entidade governamental ao financiamento de longo prazo à industrialização, criou-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). Ambas estatais com a intenção clara de levar o país à modernização e diminuir a dependência de insumos industriais estrangeiros (GIAMBIAGI, 2011).

O BNDE foi criado em 20 de junho de 1952 com a intenção de financiar o desenvolvimento da indústria e da agricultura. Sua origem se deu a partir das discussões dos problemas econômicos brasileiros e da necessidade de criação de um banco de desenvolvimento para financiar a longo prazo a indústria.

No setor energético a criação da Petrobrás, em 3 de outubro de 1953, voltava ao debate sobre a nacionalização das jazidas de petróleo. Assim, o setor petrolífero foi tido como caráter estratégico para a economia do país. Com o aumento da industrialização brasileira, aumentava também a dependência externa de insumos de petróleo e derivados, o que se tornou um ponto de atrito com os países fornecedores, Estados Unidos e Inglaterra, pois estes se beneficiam diretamente da dependência brasileira.

A exploração territorial do petróleo era necessária para a redução dos gastos com a importação do produto. O debate passou a ocupar a esfera nacional e, com isso, vieram polêmicas como a participação de capital estrangeiro e o monopólio estatal. A questão do petróleo era vital para a autonomia energética do Brasil.

Mas, ao contrário do que se pensava sobre o monopólio estatal na empresa, a Petrobras seria de caráter misto, com capitais privados internos e externos associados ao capital estatal, assim o controle permanecia da União, porém com participação de acionistas privados. Caberia ao Conselho Nacional do Petróleo (CNP) fiscalizar o monopólio da União. A campanha do “O petróleo é nosso” foi amplamente divulgada para afirmar a política nacionalista de Vargas.

Porém, nem todos viam essa decisão como benéfica ao país. Para membros da União Democrática Nacional (UDN), a empresa deveria ser de monopólio Estatal, já o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) se dividia entre apoio a Vargas e a coerência da sua orientação nacionalista e o Partido Social Democrata (PSD) se dividiu contra e a favor ao projeto. O governo, portanto, precisou lidar com ações pró e contra a criação da empresa, além de estremecer as relações bilaterais com os Estados Unidos, que se mostrou descontente com o projeto (HIRST, 2003).

Para Hirst (2003, p. 104), esse descontentamento norte-americano está ligado ao não beneficiamento com a criação da Petrobras.

[...] a criação da Petrobras feriu os interesses dos Estados Unidos, sem beneficiar os de Vargas. O episódio em seu conjunto deixou marcas importantes para as relações Brasil-Estados Unidos. Seu logro principal foi propiciar por meios totalmente extemporâneos uma prova de resistência às pressões norte-americanas. O tratamento da questão como um tema de soberania nacional foi aqui um instrumento decisivo de mobilização interna, oferecido pelo contexto democrático do momento. Configurou-se, então, uma situação de negociação limite no relacionamento entre os dois países, o que criou um importante precedente para outras negociações a serem desenvolvidas no futuro.

O acordo militar proposto em 1951 pelo governo norte-americano também foi um instrumento de política externa durante o segundo governo de Vargas que culminou, em 1952, no acordo de assistência militar recíproca, que visava a defesa do Ocidente e que teve o nome oficial de Acordo de Assistência Militar entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América. O acordo visava o fornecimento de material para o exército brasileiro, financiamento e treinamento em contrapartida ao fornecimento de matérias-primas estratégicas, como urânio e areias monazíticas. Porém, tal acordo aprofundava a dependência brasileira perante os Estados Unidos, visto que o país precisava do fornecimento de material e treinamento para o seu uso (CERVO; BUENO, 2008).

O governo de Vargas, desde o início, mostrou certa oscilação na sua relação com os militares. O apoio desse setor ao governo durante a campanha foi instaurado a partir do plano nacionalista, mas foi abatido pelos embates em relação à participação na Guerra da Coreia e pelo Acordo Militar. A possibilidade da guerra não era bem vista por vários setores da sociedade e o pronunciamento presidencial favorável à guerra, declarando apoio ao Ocidente contra a ameaça comunista, agitou ainda mais os debates internos, apesar de, no plano internacional, ter favorecido os interesses norte-americanos, que seguiram com o programa de colaboração econômica e financeira (D'ARAÚJO, 1992).

O Brasil então é incumbido de garantir o fornecimento de materiais e manter suas forças treinadas e disponíveis para alguma eventualidade, mas fica claro que o país não tinha condições de se manter em uma guerra externa antes de resolver suas questões internas, seus problemas econômicos, como o transporte e a industrialização, além de não contar com apoio popular. Segundo Maria Celina D' Araújo (1992, p. 170):

Observa-se ainda que a colaboração brasileira poderia ser mais eficaz através do fornecimento de minerais estratégicos aos exércitos das Nações Unidas. Naquele momento, o Brasil não detinha condições militares, econômicas e financeiras para empenhar-se numa guerra externa. Em face da necessidade de recuperação econômica, o país não teria como custear uma força expedicionária na Ásia, já que precisaria, prioritariamente, resolver seus problemas internos. Uma ação eficaz do Brasil na defesa da América dependeria, portanto, do fortalecimento econômico do país.

Foi com base nessas questões amplamente discutidas entre o governo brasileiro e o norte-americano que, em 1951, tem-se uma proposta de acordo militar secreto baseado na “defesa interna, a defesa do continente e a preparação de forças à disposição da ONU para serem empregadas na Coreia ou onde se tornasse necessário” (D'ARAÚJO, 1992, p. 171). Os rumores da negociação abrem repercussões em todo o país, que, ao se alinhar no combate ao comunismo, ruía suas bases internas da esquerda. Todo esse jogo poderia dificultar suas relações internas na política de alianças, que já se mostrou frágil.

Houve discussão sobre a implementação do acordo, pois os nacionalistas o viam como uma medida entreguista, que atendia somente aos interesses norte-americanos, assim como setores do exército, para quem isso poderia significar um alinhamento automático entre Brasil e Estados Unidos. Perante a dificuldade interna, o acordo só foi assinado em 1953 e teve fim em 1977, no governo militar de Ernesto Geisel.

A assinatura do acordo e a participação do Brasil na Guerra da Coreia aumentaram as pressões internas, o que levou a uma perda de sustentação do governo. O acordo agradou somente os partidários do alinhamento, aumentando a polarização ideológica e a crise política mesmo após a ratificação no Congresso. A sua implementação acabou causando uma profunda dependência de meios de força brasileiro às remessas estadunidenses (SVARTMAN, 2014).

Outro acordo que gerou discussão e alterou os ânimos políticos no país foi o de 1952, entre Brasil e Estados Unidos, para a venda de minerais atômicos em troca de financiamento para a economia. Em 1954, houve também o acordo para a exportação do tório em troca de trigo.

O acordo acaba entrando em choque com o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), criado em 1951 para desenvolver a pesquisa nuclear, a Petrobrás e a Comissão de Energia Atômica do Itamaraty sobre o aproveitamento dos minerais atômicos (CERVO; BUENO, 2008).

A política externa de Vargas buscou também projeção internacional fora do alinhamento com os Estados Unidos, com a aproximação de países subdesenvolvidos recém-independentes da África, Ásia e países árabes, pois, interessado em uma abertura de novos horizontes econômicos no cenário internacional, poderia obter vantagens na diversificação da pauta de exportações. Porém, devido ao contexto internacional, essa ação multilateral encontrava problemas perante a forte presença norte-americana (HIRST, 2003).

A política externa brasileira, devido à sua aproximação com os Estados Unidos, cadenciou suas ações perante a América Latina, e suas relações se pautaram na OEA e na CEPAL, com o esforço do desenvolvimento autônomo dos países latino-americanos, influenciando vários pensadores brasileiros que acabaram participando das políticas econômicas no país. Mas, como cita Hirst (2003), o Brasil se posicionava de forma diversa em relação à questão econômica e política, levando ao total desinteresse da América Latina.

A crise política se agravou ao longo dos anos de mandato de Vargas e acabou com o seu suicídio em 1954. Vários fatores podem explicar a crise, como a deterioração do projeto de política externa, a instabilidade da política interna e das alianças, que gerou desgastes nas negociações domésticas e externas. O fracasso da política do alinhamento com os Estados Unidos está relacionado à deterioração do projeto político, gerada por uma desconfiança e resistência da oposição.

O cenário internacional bipolarizado foi primordial para o fracasso da política externa com os Estados Unidos, visto que a atenção norte-americana não se voltava para a América Latina naquele momento, não era a prioridade, mesmo com a constante preocupação de uma penetração de ideias comunistas na região. Com a morte de Vargas, seu vice Café Filho assume a Presidência da República. A simpatia ao capital estrangeiro tornou benéfica a relação com os Estados Unidos.

Durante os anos de 1951-1955 houve uma elevação da taxa de investimento médio na economia por causa dos avanços da industrialização e investimentos em infraestrutura. Houve um avanço significativo no processo de substituição de importação no Brasil e isso reflete a queda do valor das importações e aumento da produção doméstica.

2.2 A POLÍTICA EXTERNA DE JUAN DOMINGO PERÓN (1952-1955)

Juan Domingo Perón, após as eleições de 1951, foi reeleito na Argentina com 62,5%³ dos votos. Semelhantemente ao Brasil, a situação política argentina havia mudado no pós-guerra, o que fez com que Perón alterasse sua forma de conduzir a política externa. Na iminência da polarização leste/oeste, a economia argentina se deteriorou, trazendo sérias dificuldades, e somente em 1949 houve os sinais de melhoras com os preços internos.

Porém, parecido com o que estava acontecendo no Brasil, existiam disputas políticas que se mantiveram até o final do seu governo e que terminaram derrubando Perón com o golpe militar de 1955, liderado por uma oposição articulada com setores das Forças Armadas. Importante lembrar que a história da Argentina é marcada por uma sucessão de golpes militares entre 1930 e 1976. Mesmo com o presente papel de Eva Perón durante os primeiros anos, a situação interna do país não melhorava, o que leva à renúncia em 1955, pelas dificuldades inferidas pela oposição.

³ Dado presente em: FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina: Um Ensaio de História Comparada**. São Paulo: Ed. 34, 2004. p.310.

De 1940 a 1960, na história argentina se observa um grande enfoque nas ações diplomáticas, tratos e doutrinas do Estado nas formulações de seus problemas internos, dando um grande destaque ao papel do Estado como atuante. Desde o primeiro governo de Perón já se tinha em mente que o desenvolvimento econômico e o bem-estar social dependiam do processo de industrialização e também da sua proteção.

O período pós-Segunda Guerra Mundial trouxe mudanças significativas para o mundo, tanto econômicas, quanto políticas e sociais. Havia a necessidade de reconstrução dos países devastados pelo conflito e a reestruturação de suas economias. Com a iminência norte-americana de manter o controle sobre boa parte da Europa, os Estados Unidos voltaram seus esforços para esse fim, mas não deixando totalmente de lado a América.

Perón propôs um modelo econômico com a presença efetiva do Estado, com uma industrialização para superar o modelo agroexportador, sem abandoná-lo efetivamente, e um modelo político baseado no populismo; assim, acabou por ter uma nova postura em relação à política externa. Sendo assim, de 1946 a 1955 surge na Argentina o modelo de Substituição de Importação baseado na CEPAL.

Finalmente, entre 1946 y 1955, surgió el modelo de industrialización por sustitución de importaciones como estrategia predominante de la economía argentina. Prebisch, un antiguo asesor de Pinedo y ex gerente del Banco Central argentino –en el marco de la Cepal (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) –, delineó las características que debían adoptar las economías latinoamericanas para lograr la industrialización por sustitución de importaciones. En este sentido, el problema principal con el que se topó la economía argentina fue que el peronismo no alentó la industria de base, con lo que las importaciones de bienes intermedios y pesados nunca pudieron ser sustituidas. Esta traba interna de la economía argentina –así como el éxito de la brasileña– tuvo causas externas (DOVAL, 2017, p. 165)

A Terceira Posição da Argentina referente aos conflitos da Segunda Guerra marca a sua ação de política externa autônoma entre esse período. O conceito surge da necessidade em determinar a sua autonomia e independência em relação aos assuntos internos e internacionais e assim obter um poder de barganha, visto que, dessa forma, manteria vínculos tanto com os países do Eixo quanto com os Estados Unidos e o Reino Unido, sendo este último o grande referencial das relações externas do país.

Sendo assim, a Terceira Posição marcou uma forma de manter a autonomia argentina e o seu poder de barganha entre os países e também uma maneira de se manter entre o Capitalismo Democrático Ocidental e o Comunismo Totalitário Soviético, sem se alinhar entre os dois durante a Guerra Fria (VIOLA; QUEROZ, 2015).

Na política externa, determinada pelo conflito Leste-Oeste, surge a tese da “terceira posição”, precursora do Movimento Não-Alinhado. Trata-se, a rigor, de buscar a máxima autonomia dentro do Hemisfério Ocidental. A Argentina adota posições complexas: rejeita o alinhamento automático e o imperialismo, mas se mantém na órbita dos Estados Unidos, aderindo ao Tiar; retoma relações com a URSS, mas

rejeita o comunismo; abstém-se na votação da resolução *Uniting for Peace*, pela qual a Assembleia Geral da ONU decide sobre temas vetados pela URSS no Conselho de Segurança; aspira ao protagonismo latino-americano apoiado em uma retórica de solidariedade; e inaugura a política de recuperação das Malvinas e de soberania territorial na Antártida (CANDEIAS, 2005. p. 17).

Para Perón, a política do isolamento do país e a rejeição ao alinhamento automático com os Estados Unidos deterioraram a situação econômica e sua ação no cenário internacional, pois a Argentina não detinha participação em assembleias internacionais, não possuía tratados bilaterais, nenhuma política voltada para a América Central e do Sul, assim como não tinha relações com a Europa e a União Soviética. Além disso, não ocupou posições em organismos internacionais e se ausentou de conferências mundiais (PARADISO, 2005).

As mudanças começaram a aparecer a partir dessa percepção e, assim, em meados de 1948, a Argentina se volta às relações internacionais, estabelecendo cordialidade e cooperação com a Europa, bem como uma aproximação com a América Latina, mantendo relações amistosas com a União Soviética e o leste europeu, assim como participação em reuniões internacionais, dentre eles, segundo Paradiso (2005, p. 167):

[...] principais êxitos que acreditara ter alcançado nos vinte primeiros meses do seu governo [...] presença nos organismos políticos mundial (naquele ano, 1948, a Argentina devia participar do Conselho de Segurança das Nações Unidas); participação nas reuniões internacionais mais importantes (segunda parte da primeira Assembleia e segunda Assembleia da ONU, Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e Segurança, Conferência Mundial de Comércio e Emprego); assinatura de 35 convênios e acordos comerciais (contra 22 assinados entre 1943 e 1945); um esforço ativo em favor da paz e superação da distância com os Estados Unidos [...].

Todas essas ações foram pensadas como forma de recuperar o prestígio internacional do país. Para Puig (1988), Perón conseguiu perceber as mudanças fundamentais do sistema internacional no pós-Guerra e assim a ascensão dos Estados Unidos como potência. Com isso, a política da estratégia da autonomia heterodoxa é vista como forma de obter benefícios para o processo de desenvolvimento do país baseado na industrialização por meio da substituição de importações. Dessa forma, a mesma medida que se aproxima dos Estados Unidos, também aumenta o poder em nível regional.

Durante a Guerra Fria, Perón mostrou-se favorável tanto ao capitalismo dos Estados Unidos, quanto ao socialismo da União Soviética, devido às suas ações de política externa. Para ele, era necessário manter o país como peça importante no cenário internacional. Um dos objetivos da reinserção internacional seria a aproximação com os Estados Unidos, visto que era de extrema importância para a realização das suas ações internas, pois o país estava descapitalizado e precisava de investimentos estrangeiros. Mas tal intenção não foi bem

recebida em todas as esferas do poder, pois havia aqueles que eram favoráveis ao isolacionismo de outrora.

Abrir-se para o mundo era importante para a Argentina, visto que as suas dificuldades econômicas eram gritantes. Os primeiros anos de Perón no poder marcam exatamente essa tentativa de obter negociações comerciais e financeiras do exterior. Dando ênfase a essa medida política, foram assinados acordos com Brasil, Uruguai, Chile e Bolívia. A relação com os Estados Unidos ainda era ambígua, marcada por distanciamentos e aproximações (PARADISO, 2005).

A América Latina era importante para a política externa de Perón, pois a partir das negociações regionais, a Argentina se abria para o resto do mundo, sendo assim, era necessário aproximar os laços com os países vizinhos, pois além de obter maior posição nas negociações, compartilhavam de uma mesma visão ideológica, principalmente Brasil e Chile.

Em seu segundo mandato Perón teve que lidar com várias dificuldades. O Segundo Plano Quinquenal foi desenvolvido em meados de 1952 para resolver as urgências conjunturais do país e desenvolver estratégias econômicas a favor de estimular o setor industrial. Atuava em quatro grandes áreas: Ação Social, Ação Econômica, Obras e Serviços e Planos Complementares. Para a sua realização eram necessários verbas públicas e privadas, assim a importância de ação dos setores estrangeiros.

[...] o Segundo Plano Quinquenal que deveria vigorar de 1953-57, empreendeu tentativas de conter a inflação, por meio da restrição ao consumo interno. Outras medidas visavam estimular a competitividade agrícola, esforço necessário devido à dependência ainda presente dos setores agroexportadores, principalmente a carne, deste modo, foi estimulada a compra de maquinários agrícolas. Essas medidas contribuíram para o fortalecimento do setor industrial, fundamental para manutenção da estrutura peronista (ROMERO, 2006, p.116).

A abertura do país aos setores estrangeiros vinha ocorrendo desde 1948, tanto pela captação de investimentos externos, quanto através do aumento das exportações. A necessidade de buscar investimentos e empréstimos estrangeiros distanciou as ações de governo pautadas na autonomia argentina e marcou uma nova fase da política externa do país, principalmente pela aproximação com o governo norte-americano.

Dando prosseguimento à sua política de substituição de importações, Perón estabeleceu um papel complementar ao capital e ao crédito estrangeiro, pois eles eram essenciais para o desenvolvimento econômico. Em 1953, houve o sancionamento de Lei sobre o Investimento Estrangeiro, que acabou abrindo a economia ao capital externo e também à instalação de novas indústrias agrícolas no país.

O objetivo do plano, segundo Paradiso (2005, p. 180), era “[...] de aumentar a competitividade do trabalho e do capital. Para concretizá-lo, o governo contava com o apoio do dispositivo político-institucional auxiliado pela CGT, o partido oficial e a Confederação Geral Econômica”.

A limitação do modelo de industrialização argentina trouxe a necessidade da abertura aos seus vizinhos, pois era necessário exportar os produtos para mercados mais acessíveis, estabelecendo assim um intercâmbio de produtos industriais, aspirando uma integração econômica com a América Latina e, assim, aspirar a um possível bloco regional. Com isso, foi assinado em 1953 a Ata de União com o Chile:

Nessa Ata, dizia-se que “a soma de recursos financeiros, o estabelecimento de um mercado comum, a mobilização de indústrias comparativamente mais produtivas e a coordenação do desenvolvimento econômico dos dois países poderão lograr um aumento da produção muito mais do que o resultante da ação isolada da Argentina e do Chile. O esforço conjunto permitirá que as duas nações aumentem seu nível de vida de forma mais efetiva e mais rápida” (PARADISO, 2005, p. 182 apud JERONIMO REMORINO, 1968, p. 400).

Outros acordos foram assinados com os países americanos, como o Tratado de União Econômica com o Uruguai, Convênio de Complementação com a Nicarágua e a Ata de União Argentino-Equatoriana com a Bolívia. A intenção de Perón em formar possivelmente um bloco regional se distanciava em relação às ideologias e posições políticas dos países da América Latina. Com a subida de Vargas ao poder, em 1951, e as suas afinidades, foi possível imaginar uma reabilitação do Pacto do ABC (PARADISO, 2005).

Em 1953, a relação Argentina-Estados Unidos se altera e passa a se tornar possível uma visão mais detalhada dos Estados Unidos frente às necessidades da região e também a uma necessidade de obtenção de capitais estrangeiros. Os dois países se aproximam após a visita de Milton S. Eisenhower a Buenos Aires, porém, com isso, acaba aumentando a oposição ao governo de Perón.

Com a aproximação, a Argentina começa a atrair empresários e funcionários norte-americanos que buscavam oportunidades nessa abertura política, principalmente em recursos de capital capazes de aumentar a produção petrolífera, fortalecendo os vínculos econômicos e mantendo uma atitude mais cooperativa na luta contra o comunismo. Em 1955, Perón assina um contrato com a empresa americana Califórnia Argentina de Petróleo S.A, com a intenção de estreitar os laços com os Estados Unidos e permitir a concessão para exploração de petróleo na área de Santa Cruz. O antiamericanismo de outrora chegava ao final.

O antiamericanismo foi revertido de forma pragmática no segundo mandato de Perón. Começam a fluir investimentos norte-americanos, e o Governo celebra acordo com a Standard Oil em 1955, que prevê a constituição de uma “Califórnia

Argentina de Petróleo S.A.”. O acordo exaltou os ânimos nacionalistas e contribuiu para o golpe militar (CANDEIAS, 2005, p. 18).

A intenção era promover a autossuficiência de forma a evitar a importação. No contrato assinado, estabeleceu-se que todo o recurso natural encontrado e explorado deveria ser entregue a preço de mercado para Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) para a industrialização e comercialização. Esse acordo acaba incitando a oposição, pois contrariava a nacionalização dos recursos naturais que foi determinado pela Constituição argentina de 1949.

O governo de Perón é marcado por várias oscilações e contradições, principalmente porque os objetivos nacionalistas-desenvolvimentistas da Argentina entravam em conflito com os recursos existentes. A necessidade do capital externo via créditos contradizia a política nacionalista do governo. Além disso, o governo é marcado por uma direção mais autoritária, com prática de ações repressivas, como a restrição ao pluralismo político, censura de imprensa, uso da força policial para lidar com a oposição política e a tortura. A oposição política crescente acabou por inflamar os discursos no país, o que levou ao fim antecipadamente do seu governo em 1955 por uma grande manifestação antiperonista.

O peronismo, portanto, representa para Candeias (2005) três fases importantes, sendo elas: o seu começo no primeiro mandato, a tensão que marca o final da Segunda Guerra Mundial e o final do primeiro mandato, assim como a sua volta em 1952 e a crise de 1955, que culmina no golpe militar e sua deposição.

O movimento peronista apresenta três etapas em sua história inicial: a ascendente (1946-1952), com estabilidade política e prosperidade econômica, que permite redistribuição de rendas; a tensão do final do primeiro mandato, a morte de Evita e a reeleição de Perón (1952); e a crise político-econômica que leva ao golpe de 1955 (CANDEIAS, 2005, p. 18).

3. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1951 - 1955)

O objetivo deste capítulo, ao comparar Brasil e Argentina, é o de procurar entender até que ponto as relações entre os dois foram afetadas pelas políticas norte-americanas no continente. Com isso, comparar o cenário internacional vigente, a volta a presidência de Vargas e Perón e a construção do cenário interno são importantes para entender como foram formuladas as ações de política externa e como elas se diferem uma da outra, mesmo tendo traços tão semelhantes nos dois governos entre 1951 a 1955.

3.1 A VOLTA A PRESIDÊNCIA, CENÁRIO INTERNO E INTERNACIONAL

O cenário internacional no pós-Segunda Guerra Mundial e eclosão da Guerra Fria estava bastante diferente do primeiro governo de Vargas (1930-1945), assim como o de Perón (1946 – 1952). Os Estados Unidos desbancaram a Inglaterra e se tornaram a principal potência mundial. Com isso, desde 1945 a hegemonia norte-americana no continente esteve presente e sua relação com a América Latina se pautou pela doutrina da reserva estratégica, ou seja, uma zona global de influência dos Estados Unidos (CERVO, 2013).

Como abordado anteriormente, apesar da América Latina ser uma zona de influência necessária para os Estados Unidos, durante a Guerra Fria o país se volta a reconstrução europeia, deixando de lado os investimentos nos vizinhos latinos. Com isso, Perón e Vargas acabaram fazendo uma política externa de barganha nacionalista-pragmática com os Estados Unidos. Perón entende essa iniciativa como uma forma de manter a sua autonomia econômica e diminuir a dependência externa, enquanto Vargas vê uma forma de conseguir seguir com o desenvolvimento industrial.

A volta a presidência de Vargas, em 1951, e de Perón, em 1952, marca um período importante da história sul-americana. Desde o processo eleitoral de Vargas ficou evidente que a oposição seria presente e, por isso, era necessário ampliar sua base política, diferentemente de Perón, que possuía uma ampla base de apoio. As diferenças vinham do plano econômico que para Vargas era bastante delicado, mas melhor que o cenário argentino de Perón, que precisou fazer medidas de austeridade. Esse cenário influenciou diretamente as ações de política externa em ambos.

3.2 POPULISMO

O termo populismo é bastante diverso em interpretações e é utilizado neste trabalho como forma de caracterizar as ações semelhantes entre os dois governos citados, mas não traz uma reflexão profunda sobre essas interpretações e a utilização do conceito. A intenção é trazer suas características comuns presentes na América Latina, particularmente nos governos de Vargas e Perón, para dar respaldo ao contexto histórico que permeou e ditou as ações de política externa.

A crise do liberalismo após a Primeira Guerra Mundial abriu caminhos para as políticas que defendiam a presença do Estado de forma forte e centralizadora, sendo ele o responsável por gerar a ordem e o progresso. Com isso, a partir dos anos de 1930 surgem várias correntes nacionalistas que atribuíram a essa crise do liberalismo o grande responsável pelo atraso no continente americano, visto que essas ideias não contemplavam a realidade latino-americana (CAPELATO, 2010).

A introdução de um Estado centralizado e capaz de gerar desenvolvimento foi crescendo na América Latina e a partir de 1930 surgem governos denominados de populistas. Como exemplo, temos o varguismo no Brasil e o peronismo na Argentina. O conceito de populismo por Gino Germani é marcado por uma fase de transição entre as sociedades tradicionais e modernas, citado por Capelato (2010). Para ela, a caracterização dos regimes é alvo de várias polêmicas, assim como também apresenta várias interpretações. O populismo presente na América Latina precisa ser entendido com suas particularidades nacionais e suas especificidades.

Ainda segundo Capelato (2010), um traço comum entre os regimes populistas da América latina se baseia em:

[...] a introdução de uma nova cultura política baseada no papel interventor do Estado nas relações sociais, o que representou, ao mesmo tempo, atendimento de reivindicações de natureza social (melhoria salarial, legislação trabalhista, reforma agrária — no caso mexicano), política (referência a uma cidadania baseada no reconhecimento do trabalhador como sujeito da história) e subjetiva (resposta aos anseios de dignidade do trabalhador, até então desprezado por governantes e setores dominantes) (CAPELATO, 2010, p. 163-164).

Vargas e Perón se convergem no sentido de serem governos intervencionistas, pautados no nacionalismo, que buscavam construir mediações entre as classes sociais em um período de transição entre o modelo econômico agroexportador para o desenvolvimento industrial. Para realizar essa transição foi necessário manter o controle sobre as massas.

É possível perceber semelhanças entre os dois por serem líderes carismáticos que estabeleceram relações de liderança com a classe trabalhadora de seus países para obterem controle sobre ela através dos sindicatos, sendo assim, atender às suas reivindicações era necessário.

3.3 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E A APROXIMAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS

O processo industrial presente no Brasil e na Argentina se desdobra a partir da crise de 1929 com a Quebra da Bolsa de Nova Iorque, nos Estados Unidos, e se aprofunda com a Grande Depressão de 1930. Os dois países possuíam uma economia primário-exportadora e foram diretamente afetados por esses eventos.

A industrialização se torna uma possibilidade de superar os entraves econômicos e promover o desenvolvimento dos países, o que não seria uma tarefa fácil. Por serem historicamente países agroexportadores, o processo de industrialização tardio necessitava também de políticas voltadas para esse fim, como também de um grupo social opulento. Nesse sentido, o Estado passou a ter um lugar central, capaz de tomar decisões e promover as mudanças institucionais necessárias.

O conceito de Estado Desenvolvimentista diz respeito a um Estado que visa a promoção do crescimento a partir de decisões que produzam desenvolvimento econômico. Surgiu em 1982 com Chalmers Johnson para pensar o processo de industrialização dos países do leste asiático, mas também é uma forma de designar os casos latino-americanos, principalmente por causa da promoção de uma industrialização tardia (PERISSINOTTO, 2014).

Os casos de Brasil e Argentina se diferem dos países asiáticos. Por mais que houvesse um momento crítico e fosse necessário tomar uma decisão drástica, os países sul-americanos não tiveram suas soberanias ameaçadas por grandes potências, mas mesmo assim responderam de forma diversa a esse momento. Para entender essa diferença é preciso voltar ao que os anos de 1930 representaram para os dois países. Para o Brasil, houve uma elevação de uma elite política que buscava a modernização econômica, diferentemente da Argentina, que possuía ainda uma elite agrária na política e na economia (PERISSINOTTO, 2014).

Ao romper com o modelo agroexportador, Vargas deixa claro seu projeto para o desenvolvimento da indústria nacional brasileira, diferentemente de Perón, que não priorizou

o rompimento do modelo anterior, mas sim uma forma de redistribuição das esferas produtivas, pois para ele a Argentina dotava de riquezas devido à sua produção primária, mas seu principal problema era a sua distribuição, sendo assim, o país não precisava de capitais externos e a indústria servia apenas como geração de empregos e salários, cenário que se altera a partir de 1950 e pauta a política externa do país.

A situação interna da Argentina ficou difícil no pós-guerra, visto que ela não participou das ações do Plano Marshall e assim não tinha saída de seus produtos primários para a reconstrução dos países europeus, causando uma queda nas divisas. Para tentar controlar, Perón incentivou a indústria de bens de consumo, porém o país acabou entrando em recessão no início da década de 1950 e, com isso, o presidente teve de alterar seu discurso anterior (FONSECA; HAINES, 2012).

A economia Argentina, desde o século XIX e começo do século XXI, passou por etapas definidas que induziram suas ações de política externa. A Argentina agroexportadora exportava alimentos e matérias primas e importava bens de capital e produtos manufaturados do seu principal parceiro na época, a Inglaterra. Durante esse período houve uma expansão econômica, mas também a criação de uma forte dependência do país. A política externa era conservadora e tinha o objetivo de garantir os investimentos estrangeiros de forma a assegurar o financiamento externo para então estender para os mercados europeus. Durante essa fase, a Argentina se voltava mais para o continente europeu do que o americano, bloqueando as ações hegemônicas norte-americanas no continente (RAPOPORT, 2009).

No cenário pós-Primeira Guerra Mundial, a política externa argentina, que antes era pautada pela neutralidade passiva, agora se torna ativa, questionando os fundamentos da guerra e saindo da Liga das Nações. Para Mario Rapoport (2009, p. 30), “Esses elementos mostram o caráter mais independente da política exterior, porém mantendo sempre a inserção internacional que se havia estabelecido na etapa anterior e o vínculo privilegiado com a Inglaterra”.

Durante a década de 1920 houve uma onda crescente dos investimentos norte-americanos na Argentina, o que acabou culminando em uma triangulação comercial e financeira entre Argentina, Estados Unidos e Inglaterra, mas esta última continuou sendo prioritária. A economia agroexportadora argentina começa a mudar a partir da década de 1930, pois é afetada com a crise de 1929, que acaba diminuindo o fluxo das suas exportações para a Europa, sendo necessário desenvolver uma industrialização.

Nesse contexto, a Argentina viu suas exportações reduzidas em volume e em preço, situação que ocasionou a falta de divisas no país e reduziu sua capacidade de compra no mercado internacional. Essa escassez de divisas originou a necessidade de

fabricar internamente muitos produtos anteriormente importados, estimulando o que passou a chamar “industrialização baseada na substituição de importações” (ISI). Também foi reforçada a presença do Estado na economia com a criação de diversas Juntas Reguladoras (cereais, carnes, etc.), a implementação do controle de câmbio e a criação do Banco Central (RAPOPORT, 2009, p. 31).

As ações de política externa e a inserção internacional acabaram sofrendo alterações durante os anos devido às mudanças do próprio cenário internacional. Na década de 1930, a Argentina ainda era subordinada aos interesses ingleses e continuou em oposição às tentativas hegemônicas norte-americanas no continente. Essa oposição ficou presente na neutralidade argentina perante a Segunda Guerra Mundial e a aproximação com os países do Eixo, o que acabou dificultando ainda mais as relações bilaterais entre os dois países.

Importante lembrar que os Estados Unidos promoveram sanções econômicas e diplomáticas à Argentina não somente por causa das suas relações com os países do Eixo, mas também por causa do regime militar adotado entre 1943 a 1946. Segundo Mario Rapoport (2009), a oposição política interna via Perón como um pró-nazista, era contrária ao governo ditatorial e, juntamente com os Estados Unidos, promoveu formas para força-lo a sair do governo. Perón renuncia ao cargo em 1945, lança eleições, se candidata, vence e assume novamente a presidência em 1946.

O embaixador norte-americano Spruille Braden, ao se posicionar contrariamente a Perón, provocou novamente um afastamento entre os dois países, visto que crescia na Argentina um sentimento anti-imperialista. No segundo governo de Perón houve uma mudança na política externa e uma nova fase do processo de industrialização pautada pelo modelo de MSI. O aprofundamento da dependência em relação aos Estados Unidos a partir de 1950 limitou a barganha como forma de estratégia até então estabelecida.

Até 1952 a política externa argentina era contrária ao investimento estrangeiro no país, porém com o agravamento da crise econômica em 1949, em 1952 foi realizado empréstimo com o EXIMBANK. Isso marca uma maior aproximação com os Estados Unidos, mas também houve uma tentativa de aproximação com Brasil e Chile no Pacto do ABC, que acabou não acontecendo, e um tratado comercial com a União Soviética (RAPOPORT, 2009).

Com o golpe de Estado sofrido por Perón em 1955, a Argentina se aproximou dos Estados Unidos através da liberalização econômica. O país passou a aderir ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a organismos financeiros internacionais, o que a aproximou cada vez mais dos Estados Unidos, alterando novamente a sua conduta de política externa.

O processo industrial brasileiro, apesar de ter semelhanças com o argentino, se constituiu de forma diferente. A economia brasileira também possuía fortes características

agroexportadora, com a exportação de produtos primários e importação de produtos manufaturados. Até a década de 1930, o Brasil passou por três grandes ciclos de produção de cana-de-açúcar e café, ao lado de outras matérias primas.

O modelo agroexportador presente no Brasil até a década de 1930 manteve os privilégios da classe latifundiária, porém acaba também sofrendo com a crise de 1929, visto que o Brasil era um dos grandes exportadores de café para os Estados Unidos. Com a crise, houve queda das divisas e a necessidade de desenvolvimento de uma indústria. Com a Revolução de 1930, Vargas chega ao governo e promove esse primeiro momento da industrialização. Ao retornar em 1951, dá continuidade ao seu projeto. Para Cervo (2009, p. 81), “A era Vargas converte a industrialização em pensamento hegemônico na representação política, nas ações do governo e na articulação com a sociedade e com o modelo de inserção internacional.”.

Vargas é o construtor do moderno Estado brasileiro. Além de ser o líder da transformação de uma economia agrário exportadora voltada para fora em outra industrializada e voltada para dentro, ele criou instituições que contribuíram para o desenvolvimento econômico e social do país. A Consolidação das Leis do Trabalho ainda é o arcabouço geral de regulação das relações de trabalho; sem mencionar o salário mínimo; a ampliação do crédito agrícola via programas do governo federal e de carteiras do Banco do Brasil; a criação do BNDES, que ainda financia boa parte dos investimentos na indústria e na infraestrutura; a criação das companhias Vale do Rio Doce e Siderúrgica Nacional (ambas em 1942) e da Petrobrás (em 1954) (SAVIANO FILHO, 2013, p. 856).

Sendo assim, o modelo agroexportador passa a ser substituído pelo do nacional-desenvolvimentista baseando a política econômica na valorização do mercado interno. Mesmo investindo na indústria, o Brasil ainda continuou com um perfil agrário e sujeito a influências externas, ou seja, ainda possuía uma dependência em relação aos países industrializados.

A política externa brasileira se aproximou dos Estados Unidos em meados de 1939 com a Missão Aranha⁴. Essa aproximação foi tida pelos Estados Unidos como uma forma de conter a aproximação brasileira com a Alemanha, mas também provocou conflito de interesses internos. O jogo de barganha de Vargas, presente no segundo capítulo deste trabalho, deixa claro que a intenção era tentar conseguir o máximo de benefícios possíveis, por isso mantinha relações amistosas com a Alemanha. Fato que só se encerra com a declaração de guerra ao Eixo durante a Segunda Guerra Mundial.

⁴ Com a intenção de conter o avanço das relações comerciais entre Brasil e Alemanha, os Estados Unidos realizou um plano para assegurar o apoio político e ideológico dos governos latino-americanos, incluindo o Brasil. Chefiada pelo ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, e contando ainda com a participação do diretor do DASP, Luís Simões Lopes, do diretor do Banco do Brasil, Marcos de Sousa Dantas, e dos diplomatas Carlos Muniz e Sérgio de Lima e Silva, a missão manteve diversas conversações com autoridades norte-americanas entre os meses de janeiro e março de 1939 (CPDOC).

Para Vargas o jogo de barganha evitava um alinhamento político com os dois. A intenção era obter medidas favoráveis ao país e ao projeto de industrialização. Assim, Vargas tentou conciliar as pressões advindas dos dois lados, evitando algo que resultasse no alinhamento (MARGALHO, 2015). A entrada do Brasil na guerra do lado dos Aliados minou a sua relação com a Alemanha e caracterizou a aproximação entre Brasil e Estados Unidos, assim como os demais países do continente.

Durante o seu segundo governo (1951-1954), Vargas buscou realizar suas ações anteriores, porém o contexto histórico era muito diferente. Com a iminência da Guerra Fria e a bipolaridade, ficou difícil manter a política de barganha. A política populista e nacionalista de outrora foi vista pelos Estados Unidos como algo a ser observado, principalmente para manter a sua hegemonia no continente americano e o anticomunismo.

A aproximação com os Estados Unidos acontece através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e foi importante para o projeto desenvolvimentista de Vargas, pois visava uma série de projetos de infraestrutura. A criação do BNDES teve o objetivo de analisar e financiar os projetos de desenvolvimento brasileiro a partir da entrada de capital estrangeiro. Em contrapartida tem-se o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, com objetivo de garantir a defesa do continente americano, pois estabelecia o fornecimento de material bélico norte-americano ao Brasil em troca de recursos minerais.

Uma semelhança entre os dois países é a postura frente ao capitalismo e ao comunismo, se colocando contrários a um alinhamento automático perante os Estados Unidos e também a União Soviética, possuindo uma política independente aos dois, buscando formas de barganhas para o desenvolvimento de seus países.

3.4 A POLÍTICA EXTERNA

A história da política externa argentina é marcada por controvérsias em relação à sua posição com o resto do mundo. Por muitos anos o principal tema debatido foram as tensões entre mercados e fronteiras pelas disputas de influência. Assim, a política externa foi marcada pela agenda econômica, relacionada ao seu grande potencial agroexportador. Por esse caminho, a política exterior se moldou às necessidades da economia mundial determinando os países que eram amigos e os rivais. Por um tempo a Argentina se manteve afastada de alianças e do cenário político mundial e regional, mas isso não combinava com o seu ar cosmopolita (PARADISO, 2005).

No período entre guerra e a eclosão da Segunda Guerra Mundial pareceu conveniente à Argentina, que até então mantinha seu vínculo com a Inglaterra, em se manter neutra, mas isso frustrou os norte-americanos de manter seus planos estratégicos no continente.

Por muito tempo a política externa argentina teve um alinhamento com a Inglaterra e uma forte oposição aos Estados Unidos. O final da Segunda Guerra Mundial e a ascensão norte-americana como potência mundial instaurou certo transtorno na Argentina pela escolha de uma referência hegemônica, visto que o parceiro de tantos anos não se encontrava mais na mesma posição.

Com isso, em 1946, com o primeiro governo de Perón foi instaurada a Terceira Posição, como uma forma de buscar o tão almejado desenvolvimento industrial. A intenção era de intensificar as relações internacionais com os dois polos. Manter-se não alinhado com nenhuma potência seria de certa forma benéfico, pois daria poder de barganha, mas o período foi marcado por uma relativa dependência aos Estados Unidos, principalmente no começo da década de 1950. Para José Paradiso (2005, p. 292):

Desde o segundo pós-guerra, um dos principais eixos do debate se instalou em torno do paradigma da política exterior independente e esteve estritamente ligado às alternativas atravessadas pelo processo de desenvolvimento econômico, as tensões derivadas do sistema político e uma situação internacional que ampliava as identificações ideológicas da Guerra Fria.

Perón se baseou em uma diplomacia que buscava a autonomia, de forma a maximizar o poder sobre si mesmo e decidir da sua própria forma, buscava princípios de não intervenção e de igualdade jurídica, assim com uma não aliança militar (PARADISO, 2005). A partir desse cenário podemos entender a política externa argentina como heterodoxa e cheia de contradições em relação ao modo de inserção internacional, diferente do Brasil, por exemplo. Essa diferença é perceptível na mudança de rumo e uma aproximação com os Estados Unidos durante o segundo governo de Perón.

Enquanto o Brasil se alinhava aos EUA, a Argentina optou pela tese da Terceira Posição. Não aderiu aos acordos de Bretton Woods e apostou nos acordos comerciais bilaterais. Embora tenha assinado o TIAR, rejeitou o imperialismo e o alinhamento automático, além de buscar a maior autonomia possível. Semelhantemente, não rompeu relações com a URSS, mas refutou o comunismo. O novo ponto de referência da Argentina eram os EUA, mas Perón recusou a tese de que a Argentina teria de se alinhar com eles para melhorar sua posição internacional (FRIEDRICH; GUIMARÃES, 2015, p.119).

A política externa brasileira desde o início do século XX buscou a restauração do prestígio internacional do país. Desde Rio Branco se desenvolveu uma política externa voltada para uma aproximação com os Estados Unidos, pois este favorecia os interesses da elite dominante, mas não representava necessariamente um alinhamento automático (CERVO; BUENO, 2008).

De 1930 a 1989 a política externa brasileira permanece nos pensamentos independentes, mesmo com influência interna. Nesse período houve um convertimento em política externa e política de Estado como forma de dialogar. O modelo de inserção internacional brasileiro acabou resultando na abertura ao capital estrangeiro, porém com certa autonomia na sua condução. Nesse ponto, como cita Cervo (2008, p. 49):

A experiência brasileira diferenciou-se bastante da experiência Argentina, país no qual as rupturas institucionais, mais numerosas, eram acompanhadas de vontade destrutiva com relação a conceitos e objetivos anteriores. Enquanto lá prevalecia a alternância, aqui prevalecia a continuidade.

Durante o primeiro mandato de Vargas, o Brasil buscava uma forma de barganhar tanto com os Estados Unidos quanto com a Alemanha, no contexto de guerra. Essa característica termina com o final do conflito e com a subida de Dutra ao governo. No imediato pós-guerra a América Latina fica sob a hegemonia norte-americana. Durante o governo Dutra houve o alinhamento com a grande potência mundial. O cenário muda novamente com a volta de Vargas ao poder, em 1951, e a tentativa deste em retomar a posição anterior de barganha, porém o cenário internacional foi contrário a essa postura.

No cenário interno brasileiro havia grupo a favor e contrário a adesão de capital estrangeiro para o fomento da industrialização. Tal dicotomia acabou inflamando os ânimos internos perante as decisões de política externa referente aos dois polos na Guerra Fria, pois Vargas se movia entre Estados Unidos e União Soviética, buscando uma cooperação econômica para a promoção do desenvolvimento, sem entrar em conflito com os Estados Unidos, diferentemente de Perón.

O quadro de manobra brasileiro no cenário da Guerra Fria era limitado, com isso as intenções brasileiras acabam não tendo efeito, assim Vargas instaura a chamada barganha nacionalista, como uma forma de obter proveito no apoio aos Estados Unidos. A situação interna brasileira acaba se deteriorando, o que leva ao suicídio de Vargas em 1954.

A postura da política externa brasileira se difere da Argentina em vários aspectos, uma delas é o relacionamento com os Estados Unidos ao longo do tempo. Enquanto o Brasil mantinha relações diplomáticas amistosas desde o século XX, a Argentina mantinha certa distância e tensões. Durante os governos de Vargas essa aproximação foi mais constante do que a de Perón, que por muitos anos rechaçou qualquer aproximação com a política norte-americana até a iminência de uma crise interna e a necessidade de obter fundos para realizar o desenvolvimento industrial.

3.5 AS RELAÇÕES ENTRE OS DOIS - DIFERENTES VISÕES

As relações entre Brasil e Argentina foram marcadas por períodos de afastamento e conflitos ao longo do tempo. A aproximação entre os dois só foi realizada em meados da década de 1990. O impulso a essa aproximação foi de origem política, com a necessidade de criação de um bloco de interesses e depois econômica, dando ênfase ao aspecto comercial (AMORIM, 2009).

A política de cordialidade diplomática travada por Rio Branco perdurou até a década de 1970. A rivalidade entre Brasil e Argentina é presente devido à disputa pelo papel hegemônico no continente, que aumentou devido suas posições divergentes perante os Estados Unidos, pois a Argentina sempre se mostrou contrária às ações imperialistas norte-americanas na região desde 1880 com a Doutrina Monroe. Para o Brasil, esse cenário era favorável, pois acaba se colocando como mediador desse conflito.

Em 1930, novamente Brasil e Argentina fazem escolhas diversas para a promoção dos seus processos industriais: a Argentina se volta a Europa e o Brasil aos Estados Unidos. A cordialidade diplomática permanece ao longo dos anos e entra em atrito novamente no pós-Segunda Guerra Mundial, pois as ações de política externa argentina iam na contramão das defendidas pelo Brasil, principalmente por irem contrárias aos Estados Unidos.

Houve tentativas de alianças entre os dois, principalmente por parte da Argentina com o Pacto do ABC e a sua reativação na década de 1950, que não aconteceu por hesitações de Vargas, que acabaram decepcionando Perón. As hesitações de Vargas eram provenientes tanto do cenário internacional quanto interno.

A documentação primária disponível oferece indícios de que, no intuito de esquivar as resistências do Itamaraty ao seu diálogo com Perón, Vargas utilizou agentes pessoais que serviram de elo. Contudo, as tentativas de Vargas foram malogradas e, em vez de criar confiança, decepcionaram Perón. Por exemplo, entre 1945 e 1951, Perón fez quatro propostas de associação com o Brasil e o Chile em uma reedição do Pacto ABC, dessa vez com conteúdo comerciais, de complementação econômica e de integração física. Nas quatro ocasiões, a reação brasileira foi a não-resposta, o que terminaria por irritar Perón profundamente e concorrer para a crise institucional que se abateu sobre o Brasil nos últimos meses da vida de Vargas (1954) (SPEKTOR, 2002, p. 123).

Durante os governos de Vargas e Perón se tem um momento de rivalidade e busca por cooperação ao mesmo tempo, mas muitos fatores acabaram determinando o afastamento entre os dois. Para Perón uma política de aliança com o Brasil, alinhada à sua ideia da Terceira Posição, aumentaria a autonomia da América do Sul perante os interesses norte-americanos, assim como uma integração entre os demais países para se fortalecerem diante o novo

contexto internacional, mas essas ações não aconteceram. Para o Brasil, a prioridade era a relação com os Estados Unidos, tanto que essa ação pautou a relação com os países vizinhos.

Em relação ao Brasil, Perón adotou atitude positiva, favorável à integração, no âmbito da tentativa de reedição do ABC. Essa proposta desperta desconfianças do Brasil, que suspeita que o peronismo, como promotor da integração, visava na verdade ao proselitismo regional. Getúlio Vargas é em princípio simpático à iniciativa, mas finalmente decide não aderir ao novo ABC. Frustrado com a negativa, Perón acusa o Itamaraty de “instituição supergovernamental” apegada à “política imperial de zonas de influência”, por julgar a aproximação com a Argentina como ato inamistoso frente aos Estados Unidos (CANDEAS, 2005, p. 18).

Outro momento de rivalidade acontece com a aproximação entre Argentina e Estados Unidos, pois para o Brasil isso representaria uma competição perante a hegemonia no cone sul e como principal parceiro dos Estados Unidos, o que acabou existindo foi uma desconfiança entre os dois.

Para Cervo (2001), o período de 1946 a 1955 foi marcado por uma diplomacia da obstrução, pois o Brasil acabou frustrando as políticas de integração da Argentina. Desde o governo Dutra (1945 – 1950) fica visível essa postura, evitando uma aproximação com a diplomacia de Perón, não demonstrando interesse aos demais estabelecimentos bilaterais argentinos na região.

Para Spektor (2002, p. 5) foi “[...] decênio durante o qual o Itamaraty abandonou a cordialidade oficial e adotou uma rota obstrutiva do relacionamento bilateral, numa inflexão que não chegou a constituir, entretanto, uma ruptura de fato”. Essa política temia a associação do Brasil com as ideias de Perón e mesmo com Vargas voltando em 1951, ela continuou devido ao cenário interno.

Vargas, mesmo que se mostrasse favorável a uma aproximação com Perón, não poderia promovê-la, visto que não tinha debilidade política para tal porque necessitava do apoio financeiro norte-americano, e uma possível aproximação poderia influenciar as relações entre Brasil e Estados Unidos. Além do que, mesmo com diferenças internas, o Brasil também temia um protagonismo da Argentina no continente americano com a integração, aumentando a influência Argentina na região e causando uma possível redução da brasileira, pois para o Brasil, a América do Sul era a sua área de influência.

O Brasil necessitava do apoio norte-americano, principalmente no que tange à questão armamentista, o que levou a um acirramento da relação com a Argentina. Podemos dizer que Brasil e Argentina mantiveram mais uma relação de concorrência do que de cooperação e isso acabou refletindo nas suas posições divergentes no cenário internacional (FAUSTO; DEVOTO, 2004).

Podemos citar entre os fatores que promoveram o afastamento entre os dois, a forte oposição dos Estados Unidos a um processo de integração dos países latino-americanos, as oposições internas dos governos e a forte competição entre Brasil e Argentina frente a hegemonia do continente e a parceria privilegiada com os Estados Unidos.

3.6 FIM DO GOVERNO VARGAS E PERÓN

Muitos fatores podem ser relacionados ao fim dos governos de Vargas e Perón. Para Vargas, a conciliação da base de sustentação do governo não adiantava mais, pois as hostilidades aumentavam e tornavam o cenário interno cada vez mais difícil. Segundo Boris Fausto e Fernando Devoto (2005), as promessas feitas por Vargas não foram atingidas, o que gerou um grande descontentamento de vários setores da sociedade. A oposição se mostrou cada vez mais presente e voraz.

Em 1954 o discurso nacionalista e contrário aos interesses estrangeiros no país promoveu um descontentamento do FMI, o qual o Brasil era associado, diferentemente da Argentina, e marcou uma série de contradições do governo, afetando cada vez mais a sua governabilidade. A crise política se agravou, o que culminou no suicídio de Vargas em 1954. O ato acabou enfraquecendo a oposição, pois a reação popular desarticulou suas concepções e fortaleceu o populismo (FAUSTO; DEVOTO, 2004).

Já na Argentina, a queda de Perón está associada às pressões políticas internas e econômicas, assim como ao desgaste da política externa, principalmente por causa das relações conflituosas com os Estados Unidos. Perón abriu a relação com os norte-americanos, principalmente no que tange à concessão dos interesses, como a participação da exploração de reservas de petróleo no país. Algumas ações acabam instigando mais a oposição dentro do país, provocando a sua derrubada em 1955. Perón também buscou certa aproximação com a União Soviética, mesmo com vários recuos (COELHO, 2000).

A situação era diferente da brasileira. Embora houvesse hostilidades internas ao governo, esses grupos não conseguiram se articular para uma derrubada do governo. Isso só aconteceria se existisse uma forte onda de oposição, principalmente em setores que apoiavam o governo, no caso a Igreja Católica e as Forças Armadas. Perón acaba rompendo com a Igreja em 1954 e isso afeta as Forças Armadas, o que acabou levando o governo de Perón a um afastamento das classes média e alta. Este cenário de descontentamento levou à formação de uma rebelião que acabou na saída de Perón do governo.

A queda dos dois aconteceu de forma diferente, mesmo tendo uma semelhança em relação ao ator principal, no caso o Exército. A saída de Vargas foi mais negociada do que a de Perón, visto que havia um objetivo de “desperonizar” o país, diferentemente do Brasil, pois os governos seguintes continuaram adotando o populismo (FAUSTO; DEVOTO, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi analisar os projetos de inserção internacional de Brasil e Argentina, comparando as suas ações de política externa e em que medida a relação com os Estados Unidos distanciou os dois países. Sendo assim, podemos entender como os projetos nacionais de Vargas e Perón foram formados ao longo dos seus governos entre 1951 e 1955.

Apesar de serem governos com perspectivas semelhantes, eles se diferiram bastante em relação à inserção internacional e suas relações com os Estados Unidos. O histórico da política externa brasileira foi constante e sólido, mesmo com a oscilação durante o segundo governo de Vargas, diferentemente da Argentina, que teve vários paradoxos.

Esse projeto de política externa acabou moldando as relações entre Brasil e Argentina e também em relação aos Estados Unidos e a América Latina. A proposta brasileira desde Rio Branco sempre foi de um alinhamento com a política norte-americana. Esse alinhamento, no entanto, não significou seguir indescritivelmente a política. Já a Argentina, ao se voltar mais para a Inglaterra, construiu uma oposição e rejeição à política norte-americana no continente. Essas características passaram por vários períodos de aproximações e rivalidades.

Durante o segundo governo de Vargas podemos notar que a linha de política externa adotada por ele na década de 1930 não seria eficiente para conseguir as barganhas almejadas para a promoção do desenvolvimento industrial brasileiro. Isso ocorre por causa das mudanças no cenário internacional, visto que o pós-guerra em 1945 e a instauração da Guerra Fria alteraram a forma de condução da política norte-americana para a América Latina. Importante salientar que nesse contexto os Estados Unidos mantinham o continente como uma zona de influência importante para a promoção de sua política econômica e também a contenção do comunismo.

O cenário internacional não propiciou a política de barganha brasileira, mas Vargas conseguiu de certa forma ter uma estratégia de ação perante os Estados Unidos para o fomento da industrialização. Essa ação de barganha como estratégia política foi concebida como uma política de Estado. Essa postura marca o fim do alinhamento de outrora e o começo de um alinhamento mais propositivo, por causa da negociação.

A política externa Argentina, ao contrário da brasileira, sempre se mostrou contrária às imposições norte-americanas no continente. A Argentina adotou durante a Segunda Guerra Mundial uma política de neutralidade, pois para ela era mais viável se manter neutra do que escolher um lado, o que acabou deteriorando ainda mais a sua relação com os Estados Unidos. No cenário pós-guerra, já no governo de Perón, é instaurada a política da Terceira Posição e

com isso o país passa a sofrer sanções econômicas e políticas dos Estados Unidos. Essa postura dura até meados da década de 1950, visto que, com o agravamento da crise interna, conseguir crédito estrangeiro passou a ser importante para continuar mantendo o desenvolvimento industrial.

Tanto Brasil quanto Argentina começaram tardiamente seu processo industrial em meados da década de 1930 pelo agravamento da Grande Depressão, o que ocasionou uma queda das exportações e das divisas, pois eram países agroexportadores. Esse processo de desenvolvimento dos dois aconteceu de forma diversa e por diferentes motivações, como já expostos, e isso pode ser considerado também como um fator preponderante nas ações de política externa e de aproximação com os Estados Unidos.

Vargas e Perón foram considerados governos populistas e nacional-desenvolvimentistas por centralizarem no Estado o papel pela promoção do desenvolvimento industrial, assim como por se aproximarem das massas, principalmente dos trabalhadores urbanos. Várias características se assemelham, mas várias outras os distanciam. Importante perceber que a condição interna dos países também era diferente, assim como a composição das suas bases de apoio e oposição.

A conjuntura interna durante a década de 1930 e 1940 se diferiu, pois, o Brasil detinha certa estabilidade política, já a Argentina passou por momentos de fortes agitações, com várias mudanças presidenciais e golpe de Estado.

Brasil e Argentina disputaram por muitos anos a hegemonia no Cone Sul. Trata-se de uma relação marcada por cenários de disputa e rivalidades, principalmente por causa de territórios. Sempre houve um conflito em relação à expansão das influências entre os dois países e isso fica claro durante a década de 1950. A Argentina de Perón tentou aproximações com o Brasil, mas foi contida pelo temor que o aumento de um protagonismo argentino superasse o Brasil. A aproximação aconteceu na esfera econômica com alguns acordos comerciais para a troca de mercadorias entre os dois países, mas nenhum político.

A tentativa de aproximação com o Brasil e o Chile fez Perón retomar a ideia do Pacto do ABC, visando construir uma base para integração e com isso alinhar a política da Terceira Posição como oposição aos Estados Unidos, visto que juntos poderiam fortalecer uma aliança política para se beneficiarem. Essa intenção é bem vista primeiramente por Vargas, mas depois acaba não acontecendo, visto que novamente o Brasil temia uma disputa pela hegemonia no continente. Além disso, no âmbito interno, a oposição a Vargas não via com bons olhos essa aproximação a Perón, já que entendia que com isso poderia criar conflitos com os Estados Unidos.

Outro ponto de afastamento é a aproximação da Argentina com os Estados Unidos. A Argentina se volta aos Estados Unidos depois da não aceitação brasileira ao Pacto do ABC e acaba aceitando as condições norte-americanas sem ter muito como negociar. Isso é visto pelo Brasil como algo ruim, pois poderia perder sua posição de principal parceiro com os Estados Unidos na América do Sul.

Portanto, podemos entender que as relações entre Brasil e Argentina foram marcadas por períodos de afastamento e conflitos ao longo do tempo. A disputa pela hegemonia no Cone Sul, assim como a forte oposição norte-americana à tentativas de alianças dos países sul-americanos e possível perda da parceria privilegiada com os Estados Unidos, afastaram os dois países. Sendo assim, os Estados Unidos acabaram influenciando as relações entre Brasil e Argentina.

Mesmo com características semelhantes durante os anos de 1950, com dois governos populistas, nacionalistas e desenvolvimentistas, somente durante o governo militar e depois, em meados de 1980, que se tem a aproximação entre Brasil e Argentina de fato. Com o suicídio de Vargas em 1954, a crise interna brasileira minou a aproximação com a Argentina e assim houve um retrocesso na projeção internacional argentina, que acabou com as imposições dos Estados Unidos e na derrubada de Perón em 1955.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José; SEITENFUS, Ricardo; Castro Sérgio (orgs.) **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006.

ALTEMANI, Henrique. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

AMORIM, Celso. A integração sul-americana. In: DEP: Diplomacia, Estratégia e Política/Projeto Raúl Prebisch no. 10. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2009. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/images/pdf/Revista_DEP10_Portugues.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018

BANDEIRA, Moniz. **Brasil – Estados Unidos: A rivalidade emergente (1950-1988)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Geopolítica e política exterior Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília: Funag, 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/702-geopolitica_e_politica_exterior_eua_brasil_e_america_do_sul_2_edicao.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2018

BUENO, Clodoaldo. **Passado e Presente das Relações Brasil – Argentina**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1997.

CANDEIAS, Alessandro W. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 48, n. 1, p. 178-213, jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292005000100007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 05 nov. 2018

_____. **A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”**. Brasília: FUNAG, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O Populismo e sua História: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2º edição, 2010.

CAVLAK, Iuri. **A política externa brasileira e a Argentina Peronista (1946-1955)**. São Paulo, Annablume, 2008.

_____. As Relações entre Brasil e Argentina no Início da Guerra Fria. História Debates e Tendências, Passo Fundo, v. 6, n. 2, 2007.

_____. **Diplomacia, integração e desenvolvimento: Brasil e Argentina (1950- 1962)**. Tese (Doutorado) - Unesp, Assis, 2010.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2002.

_____. **Relações Brasil-Estados Unidos (1945-1964).** In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). **Sessenta anos de política externa (1930-1990). O desafio geoestratégico.** São Paulo: Annablume/Nupri/USP, 2000. v. III.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas.** Brasília: IBRI, 2001.

_____. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Relações Internacionais da América Latina: de 1930 aos nossos dias.** 3. Ed. rev. E atual. São Paulo: Saraiva: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2013.

_____. A construção do modelo industrialista brasileiro. In: **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política.** Projeto Raúl Prebisch no. 10, Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2009. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/images/pdf/Revista_DEP10_Portugues.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018

COELHO, Pedro Motta Pinto. Observações sobre a visão Argentina da política internacional de 1945 até hoje. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Argentina: visões brasileiras.** Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

CORIGLIANO, Francisco. **Los espacios geográficos en la política exterior argentina: de la Revolución de Mayo al Bicentenario (1810-2010).** Revista SAAP, vol. 7, nº 1, mayo 2013, 11-40. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-19702013000100001>. Acesso em: 05 nov. 2018

CORSI, Francisco Luis. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional.** São. Paulo, Editora UNESP/FAPESP, 2000.

CPDOC. **Missão Aranha.** Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/Missaoranha>>. Acesso em: 15 nov. 2018

CRISTOFARI, Loeni de Souza; AGOSTINI, Lenir Cassel. **As relações externas entre Getúlio/Brasil e Perón/Argentina (1951-1954).** Disciplinarum Scientia. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v.6, n.1, p.43-57, 2005. Disponível em: <<https://www.periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/1641/1546>>. Acesso em: 10 out. 2018

DALIO, Danilo José. **Argentina, Brasil e Estados Unidos: Notas Sobre a Política Externa De Perón e Vargas.** Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 7, n. 1, p. 45-55, 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

DOVAL, MARÍA GISELA PEREYRA. **Política exterior y modelos de desarrollo. Argentina y Brasil en perspectiva comparada (1930-2010).** Apuntes 80, primer semestre

2017. Disponível em: <<http://www.scielo.org.pe/pdf/apuntes/v44n80/a06v44n80.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2018

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 10ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina: Um Ensaio de História Comparada**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. 2a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra Fonseca; HAINES, Andrés Ferrari. Desenvolvimento e Política Econômica: um cortejo entre Vargas e Perón. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1043-1074, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea13.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018

FRIEDRICH, Tatyana Scheila; GUIMARÃES, Guilherme Athaides. Ensaio de integração: Brasil e Argentina no século XX, pontos de aproximação e de afastamento até a formação do mercosul. **Estudos Internacionais**, v. 3 n. 1 jan-jun 2015 p. 115-140.

GARCIA, Eugenio Vargas. **Cronologia das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 2000.

GIAMBIAGI, Fabio. **Economia brasileira contemporânea: 1945- 2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HIRST, Mônica. A política externa do segundo governo Vargas. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): crescimento, modernização e política externa**. v. 1. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996. p. 211-230.

_____. **O pragmatismo impossível: A política externa do Segundo Governo Vargas (1951-1955)**. *Cena Internacional* 1, no. 3, 2003. 1-33.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1986.

LAFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LESSA, Antônio Carlos. **A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.41, (n. esp. 40 anos). Brasília, IBRI, 1998.

MARGALHO, Maurício Gonçalves. **Estado, empresários e política: a hegemonia em construção (1930-1945)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1731.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2018

MILANI, Livia Peres. A Cooperação Regional Desde Uma Perspectiva Argentina: Mudanças De Concepção E Reações Frente A Projetos Brasileiros. **Boletim de Economia e Política Internacional**. n. 21, set./dez. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6475/1/BEPI_n21_Coopera%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso 05 nov. 2018

MOURA, Gerson. Neutralidade Dependente: o caso do Brasil: 1939-1942. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, p.177-189. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1962>>. Acesso em: 15 jun. 2018

_____. **Relações exteriores do Brasil :1939-1915: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: FUNAG, 2012.

PAGLIAI, Graciela de Conti. **Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais**. Revista brasileira Política Internacional. 49 (1): 26-42. 2006.

PERISSINOTTO, Renato. **O conceito de Estado Desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiro e argentino**. Revista de Sociologia e Política, v. 22, n. 52, p. 59-75, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v22n52/05.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2018

PARADISO, José. **Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **As relações Brasil-Estados Unidos**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

PETERSON, Harold. **La Argentina y los Estados Unidos, 1810-1960**. Buenos Aires: Eudeba, 1970, pp. 536-538.

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PINHEIRO, L.; MILANI, C. R. S. (Org.). **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

PUIG, Juan Carlos. Política Internacional Argentina In: PERINA, R.; RUSSEL, Roberto. **Argentina en el mundo (1973-1987)**. Buenos Aires: GEL, 1988.

RAPOPORT, Mario. Argentina: economia e política internacional. Os processos históricos. In: **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**/Projeto Raúl Prebisch no. 10 (outubro/dezembro 2009). Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2009. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/images/pdf/Revista_DEP10_Portugues.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018

RIBEIRO, Elisa de Sousa. **Crise, desenvolvimento e políticas de industrialização no Brasil de Getúlio Vargas**. Universitas Humanas, Brasília-Df, v.11. N.1, jan.2014. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/universitashumanas/article/view/2538>>. Acesso em: 06 nov. 2018

ROMERO, Luís Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. El lugar del Brasil en la política exterior de la Argentina: La vision del otro. **Desarrollo Económico**, vol. 42, n. 167 Oct. - Dec., 2002, pp. 405-428. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3455844?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 04 out. 2018

SAVIANO FILHO, Hermógenes. **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**.

Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 855-860, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n3/10.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2018

SIMONOFF, Alejandro. La política exterior argentina durante la guerra fría: Interpretaciones y debates. **El centenario de los estudios históricos en La Plata**, septiembre, octubre y noviembre de 2009, La Plata. Ciclo de conferencias. Disponível em: <http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.722/ev.722.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2018

SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 45, v. 1, 2002, p. 117-145.

_____. Ruptura E Legado: O Colapso Da Cordialidade Oficial E A Construção Da Parceria Entre O Brasil E A Argentina (1967-1979). Tese (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2002. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4182/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20mestrado.PDF>>. Acesso 15 nov. 2018

SVARTMAN. Eduardo Munhoz. **Negociando a dependência: relações militares Brasil-Estados Unidos no início da Guerra Fria**. OPSIS, Catalão - GO, v. 14, n. Especial, p. 160-184, 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/127858/000967629.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 06 nov. 2018

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento (1958-1986)**. Curitiba: Juruá, 2009.

_____. **A Rivalidade Brasil-Argentina e a Guerra Fria**. OPSIS: Catalão-GO, v. 14, n. Especial, p. 185-204, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/30385#.W-EHs_1KjIU>. Acesso em: 04 nov. 2018

VIOLA, Eduardo; QUEIROZ, F. A. **História e Política Externa: contribuições da historiografia argentina para o pensamento latinoamericano em relações internacionais (1940-2005)**. Política Externa (USP), v. 23, p. 129-144, 2015. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/288669581_Politica_Externa_Argentina_1940-2010>. Acesso em: 04 nov. 2018

VIZENTINI, Paulo. G. F. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política externa independente (1951-1964)**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.10, n.1, p. 134-154, 1999.

_____. **Brasil: de Vargas à Lula**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.